

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 1º. de abril de 2019, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme mencionado na Nota Explicativa 2.1, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de certos erros identificados e para aprimorar certas divulgações em notas explicativas. Consequentemente, nosso relatório de auditoria considera essas alterações e substitui os relatórios anteriormente emitidos. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações contábeis e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação e pós-graduação). Os valores da receita são reconhecidos quando os serviços foram prestados, conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na Nota Explicativa 2.18. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados diariamente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita dentro do adequado período contábil associado à prestação do serviço. Em função da relevância dos valores envolvidos, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Analisamos a adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, considerando as datas efetivas da prestação dos serviços, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta às nossas expectativas;
- Realizamos testes para uma amostra de mensalidades provenientes de alunos FIES e a comprovação da adesão do aluno ao programa de financiamento, além da análise da regularidade dos contratos. Verificamos se as correspondentes receitas foram registradas no período adequado, tendo em vista a confirmação (aprovação) do financiamento pelo FNDE;
- Analisamos uma amostra dos relatórios auxiliares de faturamento e respectivas reconciliações com os registros contábeis;
- Efetuamos testes, para uma amostra, dos critérios de reconhecimento de receita referente aos serviços prestados próximos da data de encerramento do exercício social (“teste de corte da receita”);
- Efetuamos testes dos controles internos implementados pela administração que suportam os processos de reconhecimento de receitas, incluindo, dentre outros, controles operacionais para o cadastro de alunos, renegociação de recebíveis, reativação e renovação de matrículas;
- Efetuamos testes e inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos;
- Realizamos, para uma amostra, testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados;
- Avaliamos a adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia e de suas controladas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável do ágio

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2019 os ativos da Companhia e de suas controladas contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 201.922 mil. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Envolvermos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado;
- Analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração na elaboração das projeções de resultados;
- Efetuamos teste matemático das projeções de resultados;
- Efetuamos análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável;
- Confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliamos as divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 11 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas, quando aplicável, reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que haja lucro tributável futuro, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 23. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$ 30.229 mil.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros:

- Analisamos o cálculo dos impostos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em impostos;
- Com o auxílio de nossos especialistas em avaliação:
- Analisamos, de uma forma geral, as projeções de resultados, elaboradas pela administração da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos;
- Analisamos a adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela administração na elaboração das projeções de resultados;
- Efetuamos teste matemático das projeções de resultados;
- Analisamos a consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável;
- Confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Adoção do pronunciamento técnico CPC 06(R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 06 (R2) (IFRS 16) a partir de 1º de janeiro de 2019 e divulgaram o impacto desta adoção em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece alterações no tocante aos princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo no seu balanço patrimonial. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas optaram pela adoção da abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa de 2018 que será apresentada em 2019 não será reapresentada. A utilização desta abordagem impacta substancialmente os contratos de aluguel de imóveis administrativos e campi mantidos até a adoção da norma como arrendamento mercantil operacional. Consequentemente, a Companhia e suas controladas apresentam, conforme Notas Explicativa 2.20, em 31 de dezembro de 2019, um saldo de direito de uso e passivo de arrendamento, de R\$ 105.545 mil e R\$ 110.129 mil (consolidado), e 105.545 mil e R\$ 110.129 mil (controladora) representando 14% e 16% do total do ativo e passivo consolidado e representando 15% e 17% do ativo e passivo da controladora, respectivamente, nessa data.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos valores envolvidos e a avaliação envolver julgamentos significativos na determinação das premissas e estimativas utilizadas para determinar o ativo de direito de uso e passivo de arrendamento mercantil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis de reconhecimento do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento mercantil da Companhia; (ii) inspeção e análise dos contratos de arrendamento mercantil, em base amostral, quanto a adequação a referida norma; (iii) teste, com base em amostras, dos valores mensurados de direito de uso e passivo de arrendamento mercantil, ambos registrados pelo valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos; e (iv) envolvimento de nossos profissionais especialistas na análise da taxa de juros incremental calculada pela Companhia e suas controladas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento dos arrendamentos mercantis da Companhia e suas controladas, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Luciano Ferreira da Cunha', is written over a faint circular stamp or watermark.

Luciano Ferreira da Cunha
Contador CRC-1SP210861/O-2

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo					
Circulante			(reapresentado)		(reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	1.433	7.362	7.809	15.479
Aplicações financeiras - vinculadas	6.2	-	-	-	5.597
Contas a receber	7	30.446	29.923	53.137	41.634
Tributos a recuperar		1.472	926	1.484	1.373
Outros créditos	8	1.645	2.305	2.963	7.464
Total do ativo circulante		34.996	40.516	65.393	71.547
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	7	844	379	5.509	5.536
Partes relacionadas	16	384	384	-	-
Adiantamento para futuro investimento	16	1.965	-	-	-
Depósitos judiciais	17	443	834	766	1.592
Outros créditos	8	922	2.541	4.124	2.606
Tributos diferidos	23	10.414	7.385	30.677	7.385
Investimentos	9	515.506	463.936	45	45
Imobilizado, líquido	10	34.767	30.698	242.391	243.192
Direito de uso	2.20	105.545	-	105.545	-
Intangível, líquido	11	11.273	4.497	292.154	287.203
Total do ativo não circulante		682.063	510.654	681.211	547.559
Total do ativo		717.059	551.170	746.604	619.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Passivo			(reapresentado)		(reapresentado)
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	8.432	4.307	15.946	12.647
Debêntures	13	335.870	6.547	335.870	6.547
Fornecedores		5.479	2.575	6.368	4.136
Obrigações com partes relacionadas	16	227	210	227	210
Obrigações trabalhistas	14	16.813	13.356	24.117	22.934
Obrigações tributárias	15	9.297	9.511	13.938	20.552
Adiantamentos de clientes		2.573	2.753	8.447	3.543
Passivo de arrendamento	2.20	12.350	-	12.350	-
Outras contas a pagar		-	14	1.516	383
Total do passivo circulante		<u>391.041</u>	<u>39.273</u>	<u>418.779</u>	<u>70.952</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	15.300	25.800	22.292	42.251
Debêntures	13	-	330.000	-	330.000
Obrigações com partes relacionadas	16	27.110	-	2.120	-
Obrigações tributárias	15	17.634	21.357	34.027	39.733
Tributos diferidos	23	337	483	448	536
Provisão para demandas judiciais	17	3.312	5.328	6.613	6.705
Passivo de arrendamento	2.20	97.779	-	97.779	-
Obrigações por aquisição de participações societárias	18	86.481	82.105	86.481	82.105
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	420	-	420	-
Total do passivo não circulante		<u>248.373</u>	<u>465.073</u>	<u>250.180</u>	<u>501.330</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	20	29.462	2.262	29.462	2.262
Reserva de capital	20	25.000	27.200	25.000	27.200
Reserva de lucros	20	23.183	17.362	23.183	17.362
Total do patrimônio líquido		<u>77.645</u>	<u>46.824</u>	<u>77.645</u>	<u>46.824</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>717.059</u>	<u>551.170</u>	<u>746.604</u>	<u>619.106</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita líquida	24	343.471	312.151	507.529	363.665
Custo dos serviços prestados	25	(173.452)	(161.093)	(267.995)	(203.266)
Lucro bruto		170.019	151.058	239.534	160.399
(Despesas) e receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	25	(64.478)	(42.024)	(75.067)	(49.205)
Depreciação e amortização	25	(7.653)	(7.652)	(17.539)	(9.248)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	25	(8.888)	(19.312)	(8.066)	(17.065)
Resultado de equivalência patrimonial	9	51.570	(2.955)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	25	3.803	(726)	3.753	(2.188)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		144.373	78.389	142.615	82.693
Receitas financeiras	26.1	657	540	2.342	1.032
Despesas financeiras	26.2	(55.048)	(24.601)	(75.180)	(29.342)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		89.982	54.328	69.777	54.383
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	(336)	145	(336)	145
Diferido	23	3.175	363	23.380	308
Lucro líquido do exercício		92.821	54.836	92.821	54.836
Média ponderada das ações no exercício	21	2.262.398	2.262.398		
Lucro básico e diluído por ação ordinárias em reais	21	41,03	24,24		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	92.821	54.836	92.821	54.836
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	92.821	54.836	92.821	54.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	
		Capital social	Futuro aumento de capital	Total de reservas de capital	Retenção de lucros	Reserva legal			Total das reservas de lucros
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (originalmente apresentado)		2.262	-	-	42.017	-	42.017	-	44.279
Efeitos da reapresentação		-	-	-	2.233	-	2.233	-	2.233
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (reapresentado)		2.262	-	-	44.250	-	44.250	-	46.512
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	54.836	54.836
Adoção novas práticas IFRS 9		-	-	-	-	-	-	(4.024)	(4.024)
Destinação do resultado do exercício									
Constituição da reserva legal	20.b	-	-	-	-	452	452	(452)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	-	-	(12.577)	(12.577)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(42.017)	-	(42.017)	(23.106)	(65.123)
Transferência para reserva para futuro aumento de capital		-	27.200	27.200	-	-	-	-	27.200
Retenção de lucros	20.c	-	-	-	14.677	-	14.677	(14.677)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		2.262	27.200	27.200	16.910	452	17.362	-	46.824
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	92.821	92.821
Aumento de capital	20.a	27.200	(27.200)	(27.200)	-	-	-	-	-
Destinação do resultado do exercício									
Constituição da reserva legal	20.b	-	-	-	-	4.641	4.641	(4.641)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.d	-	-	-	-	-	-	(22.045)	(22.045)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	(39.955)	(39.955)
Transferência para reserva para futuro aumento de capital		-	25.000	25.000	-	-	-	(25.000)	-
Retenção de lucros	20.c	-	-	-	1.180	-	1.180	(1.180)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		29.462	25.000	25.000	18.090	5.093	23.183	-	77.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	89.982	54.328	69.777	54.383
Resultado de equivalência patrimonial	(51.570)	2.955	-	-
Depreciação e amortização	7.653	5.881	17.539	9.248
Depreciação direito de uso	13.786	-	13.786	-
Amortização do custo de captação	396	-	396	-
Encargos financeiros sobre financiamentos	2.042	224	5.091	1.515
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	4.376	2.498	4.376	2.498
Juros de debêntures	24.184	7.642	24.184	7.642
Juros sobre arrendamento mercantil	11.351	-	11.351	-
Ajuste a valor presente de ativos e passivos	140	-	1.749	-
Provisão para demanda judicial	(246)	913	967	1.352
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.888	19.312	8.066	17.065
Baixa de imobilizado e intangível	-	10	-	-
Ajuste para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e contribuição social com o fluxo de caixa	110.982	93.763	157.282	93.703
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber	(10.015)	(20.952)	(21.291)	(25.763)
Depósitos judiciais	391	3.432	826	3.603
Tributos a recuperar	(546)	110	(111)	98
Outros créditos	509	(2.166)	1.924	(6.390)
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	2.904	(44)	2.232	(2.469)
Obrigações trabalhistas	3.457	4.331	1.183	(2.770)
Obrigações tributárias	(3.720)	(1.298)	(12.103)	(2.223)
Obrigações com partes relacionadas	27.127	(2)	2.137	(2)
Mensalidades antecipadas	(180)	(669)	4.904	(7.056)
Outras contas a pagar	(15)	5	1.133	(10)
	130.894	76.510	138.116	50.721
Imposto de renda e contribuição social pagos	(553)	(2.069)	(553)	(2.069)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	130.341	74.441	137.563	48.652
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras restritas	-	-	5.597	(5.597)
Aumento de investimento em controladas	-	(71.320)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.545)	27.200	420	27.200
Pagamento obrigações por aquisições de participações societárias	-	(23.629)	-	(23.629)
Aquisição Grupo Unipê, líquido de caixa adquirido	-	(295.074)	-	(284.430)
Aquisição de imobilizado	(9.919)	(4.625)	(12.648)	(4.792)
Aquisição de intangível	(8.579)	(4.561)	(9.041)	(4.557)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(20.043)	(372.009)	(15.672)	(295.805)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(62.000)	(77.700)	(62.000)	(77.700)
Pagamento de arrendamento mercantil	(20.553)	-	(20.553)	-
Pagamento de principal e encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(8.417)	(935)	(21.751)	(43.248)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	30.000	-	30.000
Captação de debêntures	-	328.905	-	328.905
Pagamento de debêntures	(25.257)	-	(25.257)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(116.227)	280.270	(129.561)	237.957
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(5.929)	(17.298)	(7.670)	(9.196)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	7.362	24.660	15.479	24.675
No fim do exercício	1.433	7.362	7.809	15.479
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(5.929)	(17.298)	(7.670)	(9.196)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A SECID – Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. (“Universidade Cidade São Paulo – UNICID” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo – SP, localizada na Rua Cesário Galeno, 432 - Tatuapé. A Companhia e suas controladas diretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele presencial à distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; a edição de material didático, livros e demais atividades correlatas; a gestão de direitos autorais de obras literárias; a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional em gestão empresarial no setor de educação; e a participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

Situação financeira – classificação contábil e eventos subsequentes relacionados

A Companhia discutiu com os debenturistas e Agente Fiduciário a confirmação/aprovação da desconsideração dos efeitos relacionados a adoção do IFRS 16 do cálculo dos *covenants* da Dívida Líquida / EBITDA, para a 1ª Emissão da SECID, tendo já obtido do debenturista a confirmação, estando apenas, em fase de formalização.

Em razão disso, a Companhia passou a apresentar o valor total da dívida de longo prazo relativa às Debêntures no passivo circulante com a inclusão, do saldo da 1ª Emissão da SECID em função de cláusula de *cross default*, mesmo com a aprovação da interpretação referente ao IFRS16, a Companhia entende que não está em situação de *cross default* em razão da hipótese do cálculo da dívida Líquida/EBITDA não ser uma condição de vencimento antecipado automático, o qual depende de Assembleia dos Debenturistas para deliberarem e declarar ou não para configuração de vencimento antecipado.

Em decorrência, principalmente, da apresentação do valor total dessa dívida no passivo circulante, a Companhia e suas controladas apresentaram, em 31 de dezembro de 2019, excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$353.386. A Companhia e suas controladas geraram fluxo de caixa positivo de R\$137.563, através de suas atividades operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Administração

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da Companhia entende, baseada em suas projeções, que suas operações para os próximos exercícios serão suficientes para continuarem gerando fluxo de caixa positivo e cumprir as obrigações contratuais e financeiras, incluindo aquelas com vencimentos em curto prazo.

A Administração da Companhia entende que, com base na substância econômica e técnica do atual cenário, que envolve as referidas formalizações em andamento, haja vista inclusive que os Debenturistas já enviaram comunicação que os *waivers* já estão em fase de formalização, a classificação contábil do passivo em questão como não circulante, como vinha sendo efetuado anteriormente a 31 de dezembro de 2019, representaria melhor a intenção da Administração da Companhia com respeito à liquidação futura desse endividamento.

Cabe ressaltar que até essa data, as obrigações financeiras das dívidas relacionadas as debêntures continuam sendo cumpridas integralmente.

Aquisições de controladas

Em 11 de setembro de 2018, a Companhia concluiu as negociações da aquisição de 100% das quotas do Grupo Unipê composto pela Ipê Educacional (“Unipê”) e Ipê Patrimonial (“Patrimonial”). O Centro Universitário localizado em João Pessoa, fundado em 1971 possui cursos em exatas, humanas e biológicas. Oferece cursos superiores de graduação e pós-graduação.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 31 de março de 2020.

2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram reapresentadas, para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas em linha com o OCPC07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil – Financeiro de Propósito Geral, a Companhia também está reapresentando as demais notas explicativas para benefício de seus usuários.

Adicionalmente, após a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a administração identificou ajustes e reclassificações que afetam o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e balanço de abertura em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esse exercício de acordo com o previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros (IAS 8) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1).

As demonstrações do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido foram reapresentadas em decorrência dos ajustes no lucro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os quadros a seguir demonstram os ajustes e reclassificações decorrentes de mudanças de prática contábil e correção de erro:

Balanco Patrimonial em 1º de dezembro de 2018

1º de janeiro de 2018	Controladora			Consolidado			
	Ref:	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		24.660	-	24.660	24.675	-	24.675
Contas a receber		34.553	-	34.553	34.553	-	34.553
Tributos a recuperar	(a)	1.036	(478)	558	1.470	(478)	992
Outros créditos		2.680	-	2.680	2.680	-	2.680
Total do ativo circulante		62.929	(478)	62.451	63.378	(478)	62.900
Não circulante							
Contas a receber		210	-	210	210	-	210
Partes relacionadas		384	-	384	-	-	-
Depósitos judiciais		4.266	-	4.266	4.266	-	4.266
Tributos diferidos	(b)	-	5.082	5.082	-	5.082	5.082
Investimentos		21	-	21	21	-	21
Imobilizado, líquido		31.631	-	31.631	31.631	-	31.631
Intangível, líquido		269	-	269	269	-	269
Total do ativo não circulante		36.781	5.082	41.863	36.397	5.082	41.479
Total do ativo		99.710	4.604	104.314	99.775	4.604	104.379

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial em 1º de dezembro de 2018

1º de janeiro de 2018	Controladora			Consolidado			
	Ref:	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos		818	-	818	818	-	818
Fornecedores		2.619	-	2.619	2.619	-	2.619
Obrigações com partes relacionadas		212	-	212	212	-	212
Obrigações trabalhistas		9.025	-	9.025	9.025	-	9.025
Obrigações tributárias	(a)	9.088	1.977	11.065	9.088	1.977	11.065
Adiantamentos de clientes		3.422	-	3.422	3.422	-	3.422
Outras contas a pagar		9	-	9	9	-	9
Total do passivo circulante		25.193	1.977	27.170	25.193	1.977	27.170
Não circulante							
Provisão para perda de investimentos		561	-	561	-	-	-
Obrigações tributárias		25.262	-	25.262	25.888	-	25.888
Tributos diferidos	(b)	-	394	394	-	394	394
Provisão para demandas judiciais		4.415	-	4.415	4.415	-	4.415
Total do passivo não circulante		30.238	394	30.632	30.303	394	30.697
Patrimônio líquido							
Capital social		2.262	-	2.262	2.262	-	2.262
Reserva de lucros	(c)	42.017	2.233	44.250	42.017	2.233	44.250
Total do patrimônio líquido		44.279	2.233	46.512	44.279	2.233	46.512
Total do passivo e patrimônio líquido		99.710	4.604	104.314	99.775	4.604	104.379

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2018

31 de dezembro de 2018	Ref:	Controladora			Consolidado		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	(d)	7.362	-	7.362	21.076	(5.597)	15.479
Aplicações financeiras	(d)	-	-	-	-	5.597	5.597
Contas a receber	(e)/(f)	30.302	(379)	29.923	43.996	(2.362)	41.634
Tributos a recuperar	(a)	661	265	926	1.108	265	1.373
Outros créditos		2.305	-	2.305	7.464	-	7.464
Total do ativo circulante		40.630	(114)	40.516	73.644	(2.097)	71.547
Não circulante							
Contas a receber	(e)	-	379	379	-	5.536	5.536
Partes relacionadas		384	-	384	-	-	-
Depósitos judiciais		834	-	834	1.592	-	1.592
Outros créditos		2.541	-	2.541	2.606	-	2.606
Tributos diferidos	(b)	5.954	1.431	7.385	5.954	1.431	7.385
Investimentos	(c)	457.949	5.987	463.936	45	-	45
Imobilizado, líquido	(g)	30.698	-	30.698	294.619	(51.427)	243.192
Intangível, líquido	(g)	4.497	-	4.497	234.805	52.398	287.203
Total do ativo não circulante		502.857	7.797	510.654	539.621	7.938	547.559
Total do ativo		543.487	7.683	551.170	613.265	5.841	619.106

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2018

31 de dezembro de 2018	Controladora			Consolidado		
	Ref: Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	4.307	-	4.307	12.647	-	12.647
Debêntures	6.547	-	6.547	6.547	-	6.547
Fornecedores	2.575	-	2.575	4.136	-	4.136
Obrigações com partes relacionadas	210	-	210	210	-	210
Obrigações trabalhistas	13.356	-	13.356	22.934	-	22.934
Obrigações tributárias (a)	8.135	1.376	9.511	20.114	438	20.552
Adiantamentos de clientes	2.753	-	2.753	3.543	-	3.543
Outras contas a pagar	14	-	14	383	-	383
Total do passivo circulante	37.897	1.376	39.273	70.514	438	70.952
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	25.800	-	25.800	42.251	-	42.251
Debêntures	330.000	-	330.000	330.000	-	330.000
Obrigações tributárias	21.357	-	21.357	39.733	-	39.733
Tributos diferidos (b)	487	(4)	483	540	(4)	536
Provisão para demandas judiciais (h)	5.328	-	5.328	7.609	(904)	6.705
Obrigações por aquisição de participações societárias	82.105	-	82.105	82.105	-	82.105
Total do passivo não circulante	465.077	(4)	465.073	502.238	(908)	501.330
Patrimônio líquido						
Capital social	2.262	-	2.262	2.262	-	2.262
Reserva de capital	27.200	-	27.200	27.200	-	27.200
Reserva de lucros (g)	11.051	6.311	17.362	11.051	6.311	17.362
Total do patrimônio líquido	40.513	6.311	46.824	40.513	6.311	46.824
Total do passivo e patrimônio líquido	543.487	7.683	551.170	613.265	5.841	619.106

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

31 de dezembro de 2018	Ref:	Controladora			Consolidado		
		Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Receita líquida	(f)	312.151	-	312.151	364.032	(367)	363.665
Custo dos serviços prestados		(161.093)	-	(161.093)	(203.266)	-	(203.266)
Lucro bruto		151.058	-	151.058	160.766	(367)	160.399
Despesas e receitas operacionais:							
Despesas gerais e administrativas	(a)	(42.024)	-	(42.024)	(50.143)	938	(49.205)
Depreciação e amortização	(g)	(5.881)	(1.771)	(7.652)	(10.219)	971	(9.248)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(19.312)	-	(19.312)	(20.606)	3.541	(17.065)
Resultado de equivalência patrimonial	(c)	(10.713)	7.758	(2.955)	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(h)	(724)	(2)	(726)	(3.092)	904	(2.188)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		72.404	5.985	78.389	76.706	5.987	82.693
Receitas financeiras		540	-	540	1.032	-	1.032
Despesas financeiras	(a)/(b)	(24.702)	101	(24.601)	(29.443)	101	(29.342)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		48.242	6.086	54.328	48.295	6.088	54.383
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente	(a)	(1.097)	1.242	145	(1.097)	1.242	145
Diferido	(b)	3.615	(3.252)	363	3.562	(3.254)	308
Lucro líquido do exercício		50.760	4.076	54.836	50.760	4.076	54.836
Média ponderada das ações no exercício		2.262.398		2.262.398			
Lucro básico e diluído por ação em reais		22,44		24,24			

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentado
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	74.111	330	74.441	45.861	2.791	48.652
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(371.679)	(330)	(372.009)	(287.417)	(8.388)	(295.805)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	280.270	-	280.270	237.957	-	237.957
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(17.298)	-	(17.298)	(3.599)	(5.597)	(9.196)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.660	-	24.660	24.675	-	24.675
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7.362	-	7.362	21.076	(5.597)	15.479

- (a) Em 1º de janeiro de 2018, foram identificados ajustes relacionados a créditos de tributos classificados no ativo circulante sem expectativa de realização decorrente de períodos prescritos no valor de R\$478. No mesmo ato, A Companhia revisitou as obrigações tributárias demonstradas no passivo circulante, e complementou as obrigações com impostos de renda e contribuição social no valor de R\$1.977.

Ao final do o exercício findo de 31 de dezembro de 2018 a Administração revisitou os impostos a recuperar que por sua vez gerou um complemento de créditos a recuperar no valor de R\$743, totalizando a correção apresentada em R\$265. Quando as obrigações tributárias, a Companhia complementou as provisões com imposto de renda e contribuição social no valor de R\$601, como também identificou e corrigiu a provisão de ITBI de determinada controlada no montante de R\$938.

- (b) A Companhia e suas controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos, tributos diferidos, ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que haja lucro tributário futuro no montante de R\$5.082 em 1º de janeiro de 2018 e em 31 de dezembro de 2018 reverteu o saldo de tributos diferidos reconhecidos anteriormente em R\$3.651. Os tributos diferidos passivos sobre diferenças temporárias foram reconhecidos no montante de R\$394 em 1º de janeiro de 2018 e o saldo de tributos diferidos reconhecidos anteriormente em 31 de dezembro de 2018 foi reduzido em R\$398.
- (c) Os ajustes nas rubricas de investimentos e reserva de lucros, vide Nota 20 reserva de lucros a disposição da Assembleia Geral, são decorrentes das correções oriundas das reapresentações descritas nesta nota.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) Em melhoria na apresentação das informações do balanço patrimonial, a Administração identificou e realizou a reclassificação de R\$5.597 de caixa e equivalentes de caixa para aplicações financeiras – vinculadas.
- (e) Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2018, a Administração revisitou a segregação entre curto e longo prazo de saldos relacionados as mensalidades a receber dos alunos no valor de R\$379 e R\$5.903, do ativo circulante para o ativo não circulante, na controlada e no consolidado, respectivamente, bem como corrigiu as respectivas provisões para crédito de liquidação duvidosa aumentando o saldo do contas a receber circulante no valor de R\$3.541 no consolidado. No mesmo ato, foram ajustadas as mensalidades nas linhas de receita líquida e a reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa na linha específica.
- (f) A Administração revisou e corrigiu as premissas de cálculos de ajuste a valor presente, cujo efeito em 31 de dezembro de 2018, perfaz o montante de R\$367, na rubrica contas a receber de longo prazo no consolidado.
- (g) No exercício de 2019, a Companhia concluiu o laudo de PPA (*Purchase Price Allocation*) relacionado a aquisição do grupo UNIPÊ, e adequou a alocação do valor justo conforme Nota 5.
- (h) A Administração identificou e corrigiu em 31 de dezembro de 2017, saldo de provisão para demandas judiciais de longo prazo no valor de R\$904 no consolidado tendo como contrapartida a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

<u>Razão social</u>	<u>País sede</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Participação Direta			
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. ("Trust")	Brasil	99,99%	99,99%
IPÊ Educacional Ltda. ("Unipê")	Brasil	99,99%	99,99%
IPÊ Patrimonial Ltda. ("Patrimonial")	Brasil	99,99%	99,99%

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia suas controladas em 31 de dezembro de 2019. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem expostas ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia utilizando práticas contábeis consistentes.

Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

2.3. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia e/ou suas controladas avaliam os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e/ou suas controladas que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Todas as aquisições efetuadas foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, conseqüentemente, necessidade de mensurar a participação não controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

2.4. Classificação circulante e não circulante

A Companhia e/ou suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia e/ou suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

2.5. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social nas sociedades que aderiram ao PROUNI foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente aplicáveis ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12/09/2013 (IN 1394/13), a instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente, que aderir ao PROUNI nos termos do artigo 5º da Lei nº 11.096 de 2005, ficará isenta na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) durante o período de vigência do termo de adesão dos seguintes tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). A isenção é apurada através do lucro da exploração, observando o disposto da IN 1394/13.

Tributos diferidos

Tributo diferido são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

As regras do PROUNI definem que estão isentas do PIS e da COFINS as receitas auferidas pela Companhia e suas controladas, sobre todas as atividades operacionais vinculadas à graduação tradicional e tecnológica. Para as demais receitas de ensino superior, a incidência do PIS e a COFINS segue as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas ao ensino superior, a incidência do PIS é apurado pela alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%. Vale ainda destacar que, a partir de julho de 2015 a Companhia e suas controladas, passaram a recolher PIS e COFINS sobre os rendimentos com aplicações financeiras, com alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Sobre as receitas das atividades de ensino, incide o ISS e de acordo com cada Município as alíquotas são de 2,00% a 5,00%.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.7. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

A Companhia por meio de suas controladas, possui aplicações financeiras – vinculadas que possuem característica de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, com uso restrito e estão registradas acrescidas dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo. Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia.

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados.
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia e suas controladas transferiram seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas nem transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, pois de acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos, debêntures, e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e/ou suas controladas que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, forem atendidos. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Os saldos de contas a receber da Companhia estão ajustados a valor presente conforme demonstrado na Nota 7.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não possui efeitos em outros resultados abrangentes ou registrados diretamente no patrimônio líquido derivados das demonstrações financeiras de suas controladas.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a controlada são eliminados em proporção à participação na controlada. A soma da participação da Companhia nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, serão reconhecidos no resultado.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.10. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. A Companhia não possui ativos qualificáveis nos períodos apresentados.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Acervo bibliográfico	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos audiovisuais	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(a)
Direito de uso	(b)

(a) Com base nos contratos de locação, a vida útil das benfeitorias em propriedades de terceiros gira em torno de 4,0% a 10,0% a.a. variando de acordo com o período de locação.

(b) Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, que variam em torno de 3 a 22 anos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.11. Arrendamento mercantil

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Vide efeitos da adoção do CPC 06 (R2) IFRS 16 – arrendamento mercantil na nota 2.20.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para fazer frente aos seus compromissos com arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, de acordo com o prazo contratual.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.13.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento (fluxo de caixa descontado real). Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa (tais

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como a inflação que é incorporada ao passivo de arrendamento e direito de uso quando aplicada na data base de reajuste dos aluguéis), e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa, geralmente percentuais sobre a receita líquida sobre os serviços prestados da Companhia, e são reconhecidos como [custos dos serviços prestados] no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo e financiamento incremental (taxa nominal) na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor (a Companhia tem como política considerar ativos de baixo valor aqueles cujo valor do ativo quando novo é igual ou inferior a R\$ 20). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.12. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Carteira de clientes	6,3 anos
Marca	21,2 anos
Licenças MEC	Indefinida
Cláusula de não concorrência	6 anos
Pólos de ensino	5 anos
Software	10 anos

2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 30 de setembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida

Ativos intangíveis, imobilizados e direito de uso com vida útil definida são amortizados e depreciados, respectivamente, bem como avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A avaliação da existência de indicativos de perda do valor econômico é realizada no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.14. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.15. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.16. Adiantamento de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a cursos que serão ministrados no período seguinte e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes.

2.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

A Companhia e/ou suas controladas não possuem operações com instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro diluído, portanto, o lucro diluído por ação é igual ao valor do lucro básico por ação.

2.18. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for favorável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita:

Prestação de serviços

As receitas incluem mensalidades de ensino superior (graduação e pós-graduação), ensino médio e fundamental, presenciais ou à distância, mensalidade de cursos de extensão e

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

taxas de serviços. As receitas são registradas quando os serviços são prestados.

Venda de produtos

A receita de vendas de livros e apostilas é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado.

2.19. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). A Companhia apresenta as operações de pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento como atividade de financiamento.

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamento Mercantil introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1)/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento e concluiu que a maior parte se refere a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, a Companhia avaliou os potenciais impactos da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos terá sobre as demonstrações financeiras individuais

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e consolidadas em 1º de janeiro de 2019.

As alterações significativas decorrentes da adoção da CPC 06 (R2)/IFRS 16 na Companhia serão as seguintes:

- (a) Começo do prazo de arrendamento mercantil – A Companhia definiu o início do prazo de arrendamento mercantil a data em que passa a exercer o direito de usar o imóvel. Nesse sentido, a Companhia determinou a data de assinatura dos contratos, uma vez, que a partir dessa data passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do ambiente físico e lógico.
- (b) Prazo contratual: o prazo do arrendamento será o período legalmente aplicável do contrato e levará em conta as opções de rescisão e renovação por vias judiciais, cujo uso pela Companhia é razoavelmente certo. Os contratos da Companhia estão substancialmente representados por contratos por tempo determinado, entretanto, a companhia é arrendatária em dois contratos com prazo indeterminado referentes alguns de seus campi, nestes casos, a Companhia considerou em sua avaliação como o espaço é utilizado, bem como a expectativa de permanência no imóvel.
- (c) Pagamentos fixos em essência – São os pagamentos durante o prazo do arrendamento mercantil que a Companhia está ou possa vir a ser obrigado a fazer. A Companhia determinou como pagamentos fixos em essência os valores determinados como fixos pelo arrendador (aluguéis mínimos contratuais). A Companhia não considerou, para fins de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, os pagamentos de alugueis variáveis decorrente de sua receita líquida, serviços e impostos, sendo esses registrados como despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento.
- (d) Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário – A Companhia considerou, para todos os contratos com terceiros, taxa nominal de juros necessárias para adquirir ativos em condições similares aqueles alugueis contratados na data de assinatura. As taxas adotadas pela Companhia consideram seu custo de captação baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) somado a um *spread* de risco da Companhia, taxa nominal. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil com os efeitos da intenção de renovação.
- (e) Depreciação do ativo de direito de uso – Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual (inclusive considerando eventual prazo de renovação ou término antecipado conforme julgamento da Companhia), o que for menor. A Companhia adotará a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear no resultado do exercício na rubrica competente a sua natureza (“Custo dos serviços prestados” / “Despesas gerais e

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

administrativas”). Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locadores na continuidade do contrato.

- (f) Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento – O encargo financeiro será reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício a medida em que são incorridos.
- (g) Impostos recuperáveis – A Companhia calculou de maneira bruta os impactos dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que sejam aplicáveis, conforme, preconizado pela Ofício Conforme Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019 - Orientação sobre aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos e a sua alocação no resultado será efetuada em contrapartida das rubricas competente a sua natureza (“Custo dos serviços prestados” / “Despesas Gerais e Administrativas”/ “Despesas Financeiras”).

i. Efeito de transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa para 2018 não foi reapresentada – ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06 (R2)/IFRS 16, para fins de registro contábil, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de desconto nominal considerando a taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019 sobre o fluxo de caixa descontado real (sem inflação). Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data da adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados e deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores. Para os arrendamentos classificados como financeiros segundo CPC (R1)/IAS 17, o valor contábil do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento em 1ª de janeiro de 2019 foram determinados pelo valor contábil do ativo de arrendamento e o passivo de arrendamento conforme o CPC 06 (R1)/IAS 17 imediatamente antes dessa data.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, aluguéis de impressoras), bem como de curto prazo (inferiores a 12 meses). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa nominal incremental de empréstimo com características e prazos semelhantes aos contratos de arrendamento em 1º de janeiro de 2019.

Contratos por prazo e taxa de desconto

<u>Prazos Contratuais</u>	<u>Taxa</u>
3 anos	8,82%
4 anos	9,32%
5 anos	9,69%
6 anos	10,01%
Mais de 7 anos	Entre 10,23% e 11,19%

ii. Impactos da adoção inicial nas demonstrações financeiras

Os quadros abaixo demonstram os efeitos patrimoniais da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019:

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>Saldo anterior</u>	<u>Ajuste adoção inicial</u>	<u>Saldo após adoção IFRS-16</u>	<u>Saldo anterior</u>	<u>Ajuste adoção inicial</u>	<u>Saldo após adoção IFRS-16</u>
Ativo						
Circulante						
Total ativo circulante	40.516	-	40.516	71.547	-	71.547
Tributos diferidos	7.385	-	7.385	7.385	-	7.385
Direito de uso	-	112.346	112.346	-	112.346	112.346
Demais ativos	503.269	-	503.269	540.174	-	540.174
Total do ativo não circulante	510.654	112.346	623.000	547.559	112.346	659.905
Total do ativo	551.170	112.346	663.516	619.106	112.346	731.452
Passivo						
Circulante						
Passivo de arrendamento	-	9.202	9.202	-	9.202	9.202
Demais passivos	39.273	-	39.273	70.952	-	70.952
Total passivo circulante	39.273	9.202	48.475	70.952	9.202	80.154
Passivo de arrendamento	-	103.144	103.144	-	103.144	103.144
Demais passivos	465.073	-	465.073	501.330	-	501.330
Total do passivo não circulante	465.073	103.144	568.217	501.330	103.144	604.474
Patrimônio Líquido	46.824	-	46.824	46.824	-	46.824
Total do passivo e Patrimônio líquido	551.170	112.346	663.516	619.106	112.346	731.452

iii. Impactos nas demonstrações financeiras do exercício

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16. Em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$112.346 de ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos em 1ª de janeiro de 2019.

Considerando os requisitos da norma, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício nas rubricas de “Depreciação e amortização” e “Despesas financeiras”, respectivamente, as despesas de depreciação e juros, antes registradas como despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tais impactos montam o valor de R\$13.786 e R\$11.351, respectivamente.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo de em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	112.346	112.346
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	6.985	6.985
Amortização no exercício	(13.786)	(13.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	105.545	105.545
Direito de uso	119.331	119.331
(-) Amortização acumulada	(13.786)	(13.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	105.545	105.545

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo de em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	112.346	112.346
Remensuração decorrente dos ajuste por inflação corrente	6.985	6.985
Contraprestação paga	(20.553)	(20.553)
Apropriação de encargos financeiros	11.351	11.351
Saldo em 31 de dezembro de 2019	110.129	110.129
Circulante	12.350	12.350
Não circulante	97.779	97.779
Saldo em 31 de dezembro de 2019	110.129	110.129

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv. Impactos nas demonstrações financeiras do exercício - outros contratos de arrendamento

As parcelas fixas dos contratos de aluguel, conforme apresentado acima, foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando da adoção inicial, início do contrato ou quando de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento. Adicionalmente, a Companhia registrou segundo o regime de competência diretamente no resultado o montante de R\$883 relacionado aos contratos que não atende as premissas para adoção da norma (ausência do controle substancial do bem).

ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da CPC 32/IAS 12 tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da CPC 32/IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

O CPC 32/IAS 12 especifica requisitos para tributos correntes e tributos diferidos ativos e passivos. A Companhia deve aplicar os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base na legislação tributária aplicável. Contudo, pode não estar claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação. A aceitação de determinado tratamento tributário, de acordo com a legislação fiscal, pode não ser conhecida até que a respectiva autoridade fiscal ou tribunal tome uma decisão no futuro. Consequentemente, a contestação ou o exame de determinado tratamento fiscal pela autoridade fiscal pode afetar a contabilização do tributo corrente ou diferido ativo ou passivo da entidade.

Na avaliação da Companhia, não houve impacto significativo em decorrência desta interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), estão em constante e contínuo processo de revisão, com o objetivo de aperfeiçoar as normas contábeis, auxiliando o leitor no processo de leitura, entendimento e análise comparativa com outras empresas do mercado.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. Nossa conclusão e análise de impacto preliminar é a seguinte:

CPC 11/IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A Administração efetuou uma análise preliminar e entende que essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao CPC 15 (R1)/IFRS 3: Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 e CPC 23/IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes*

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3. Avaliação das informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades, substancialmente, na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada e é gerenciada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, e entregues em formatos diferentes como campi e pólos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e/ou suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia e/ou suas controladas utilizam seu julgamento para escolher os dados e premissas utilizados nestas avaliações. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Companhia e suas controladas, podem ser adversamente afetadas, independentemente do respectivo resultado final.

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia e suas controladas, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia e/ou suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Provisão para crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.

A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma, e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

5. Combinação de negócios

5.1 Grupo Unipê

Em 26 de março de 2018 a Controlada Secid Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A., celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças adquirindo 100% das quotas do Centro Universitário de João Pessoa “Unipê” e da Sociedade Limitada “Ipê Patrimonial”, definidas juntas como Grupo Unipê, e em 11 de setembro de 2018 a Companhia concluiu as negociações e houve a transferência das quotas.

A operação foi aprovada pelo CADE em 21 de junho de 2018, sem restrições.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O preço pago é composto da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Preço de aquisição	419.154
Ajuste do preço pós-fechamento	<u>(20.844)</u>
Total da contraprestação	<u>398.310</u>

Alocação do valor justo

Em cumprimento aos dispositivos do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinações de Negócios, a Administração da Companhia concluiu por meio de laudo final de PPA todas as mensurações nos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição, perfazendo as alocações abaixo apresentadas.

Segue posição final dos saldos reconhecidos na combinação de negócio em 11 de setembro de 2018:

<u>Descrição</u>	<u>Alocação final</u>
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	11.716
Contas a receber	12.985
Investimentos	24
Outros ativos	2.290
Imobilizado, líquido	214.940
Intangíveis	
Marca	39.339
Credenciamento e Licenças de Operação MEC	37.637
Cláusula de não concorrência	1.855
Outros intangíveis	2.701
	<u>323.487</u>
Passivo	
Fornecedores	(3.986)
Obrigações tributárias	(30.689)
Obrigações trabalhistas	(16.679)
Empréstimos e financiamentos	(65.813)
Provisão para demanda judiciais	(2.372)
Outros passivos	<u>(7.560)</u>
	<u>(127.099)</u>
Total de ativos identificáveis líquidos	196.388
Ágio	<u>201.922</u>
Total da contraprestação	<u>398.310</u>

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses benefícios não são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis.

Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis e da mais valia do imobilizado

Os critérios observados para o reconhecimento dos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios e da mais valia do imobilizado foram conforme segue:

Ativo	R\$	Método	Prazo esperado de amortização /depreciação
Marca	39.339	Método da "economia de <i>royalties</i> "	25 anos
Credenciamento e Licenças de operação MEC	37.637	Método de "com e sem"	Indefinido
Cláusula de não concorrência	1.855	Método "rendimentos excedentes"	5 anos
Móveis e utensílios	3.375	Método "comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	7 anos
Máquinas e equipamentos	4.010	Método "comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	1 a 11 anos
Computadores e periféricos	970	Método "comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	2 a 3 anos
Veículos	33	Método "comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	1 ano
Imóvel	12.041	Método "involutivo"	25 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquida na aquisição do Grupo Unipê

	Agosto/2018
Preço de aquisição	398.310
Parcela retida (i)	(80.000)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(11.716)
Desembolso líquido de caixa(ii)	306.594

(i) Parcela de R\$80.000 a ser ajustada pela variação do CDI que serão pagos após o 6º aniversário da data de fechamento da transação.

(ii) Inclui R\$ 23.237 liquidado em dezembro de 2018, vide nota 18.

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pelo Grupo Unipê a partir de setembro de 2018, uma vez que a transação de aquisição da investida se concretizou em 11 de setembro de 2018.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desde a data de aquisição, o Grupo Unipê contribuiu com uma receita líquida de R\$51.513 e prejuízo líquido de R\$2.951. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício, a receita líquida consolidada totalizaria R\$188.812 e o prejuízo líquido consolidado seria de R\$66.226.

Os custos relacionados à aquisição, no montante de R\$1.083, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas na controladora Secid.

Cláusulas de reembolso de contingências

A Companhia e suas controladas possuem cláusula contratual para eventuais desembolsos financeiros das contingências originadas de fatos geradores ocorridos antes da data de aquisição do Grupo Unipê.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - vinculadas

6.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Caixa	5	277	5	277
Banco conta movimento	50	578	2.790	1.610
Equivalentes de caixa(a)	1.378	6.507	5.014	13.592
Total	1.433	7.362	7.809	15.479

- (a) Os saldos mantidos em equivalentes de caixa são representados principalmente por: (i) aplicações automáticas em renda fixa com liquidez imediata e remuneradas à taxa de juros que variam de 2% a 55% do CDI para 31 de dezembro de 2019 e 2018; e (ii) fundos de investimentos em renda fixa de curto prazo, remunerados à taxa de juros que variam de 90% a 99% do CDI para 31 de dezembro de 2019.

6.2. Aplicações financeiras - vinculadas

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
CDB (a)	-	5.597
Aplicações financeiras	-	5.597

- (a) A Companhia possuía aplicações financeiras de curto prazo referentes a fundo de investimento de renda fixa com liquidez imediata e indexada à variação média de 102% a 106% do Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI"). A operação tinha como característica o vínculo de garantias nas operações de créditos que a Companhia possui com instituições financeiras. Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia e suas controladas vide Nota 12.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
	<small>(reapresentado)</small>		<small>(reapresentado)</small>	
Mensalidades	(a) 63.370	68.218	99.091	111.201
Crédito universitário	(b) 7.446	5.268	22.915	5.268
Acordos em andamento	(c) 4.253	4.169	5.702	5.278
Outras contas a receber	3.639	4.874	5.681	7.875
Subtotal	78.708	82.529	133.389	129.622
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d) (47.203)	(52.152)	(72.919)	(82.377)
Ajuste a valor presente	(215)	(75)	(1.824)	(75)
Total	31.290	30.302	58.646	47.170
Circulante	30.446	29.923	53.137	41.634
Não circulante	844	379	5.509	5.536

(a) Corresponde às mensalidades a receber dos alunos provenientes da prestação de serviços da atividade de ensino.

(b) Compreende as mensalidades a receber objeto de financiamento mediante os programas disponíveis na Companhia e suas controladas.

FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF ou Banco do Brasil e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica.

O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e tributos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões de títulos do Tesouro Nacional.

A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados na modalidade FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Companhia é responsável por 15% de eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Companhia é responsável por 3% da inadimplência para os contratos assinados antes de 3 de abril de 2012 e de 1,5% para os contratos assinados após esta data.

Em dezembro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura - MEC definiu as portarias normativas nº 21 e nº 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015.

(c) Referem-se a mensalidades renegociadas, acrescidas de juros e atualização monetária pelos índices contratuais, registrados pelo regime de competência. Tais renegociações ocorrem, principalmente, por meio de cheques pré-datados e cartões de crédito.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber. De acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros em 1º de janeiro de 2018, a Companhia e suas controladas constituem provisão com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida.

A movimentação da provisão para créditos para liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
(=) Saldos em 31/12/2017	33.676	33.676
(+/-) Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.312	17.065
(+) Efeitos da adoção inicial do IFRS 09/CPC 48	3.776	8.359
(+) Efeito de aquisições em combinações de negócios	-	29.819
(+/-) Baixa contra contas a receber (i)	(4.612)	(6.542)
(=) Saldos em 31/12/2018	<u>52.152</u>	<u>82.377</u>
(+/-) Constituições de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.888	8.066
(+/-) Baixa contra contas a receber (i)	(13.837)	(17.524)
(=) Saldos em 31/12/2019	<u>47.203</u>	<u>72.919</u>

- (i) Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 4 anos o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>			
	<u>31/12/2019</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>%</u>
A vencer				
Crédito universitário	7.446	9%	5.268	6%
Mensalidades a receber	442	1%	2	0%
Acordos em andamento	1.785	2%	1.415	2%
Outras contas a receber	3.638	5%	4.874	6%
Vencidos				
Até 180 dias	25.974	33%	23.157	28%
Acima de 180 dias	39.423	50%	47.813	58%
Total	<u>78.708</u>	<u>100%</u>	<u>82.529</u>	<u>100%</u>
	<u>Consolidado</u>			
	<u>31/12/2019</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>%</u>
A vencer				
Crédito universitário	7.446	6%	8.442	7%
Mensalidades a receber	442	0%	2	0%
Acordos em andamento	1.785	1%	1.760	1%
Outras contas a receber	5.841	4%	7.875	6%
Vencidos				
Até 180 dias	25.974	19%	38.255	30%
Acima de 180 dias	91.901	69%	73.288	57%
Total	<u>133.389</u>	<u>100%</u>	<u>129.622</u>	<u>100%</u>

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos a funcionários	571	851	592	5.021
Adiantamentos a fornecedores	547	829	1.593	829
Garantia prov. p/ contingências (a)	201	1.971	3.403	1.971
Outros créditos	1.248	1.195	1.499	2.249
Total	2.567	4.846	7.087	10.070
Circulante	1.645	2.305	2.963	7.464
Não circulante	922	2.541	4.124	2.606

(a) Conforme o contrato de compra e venda das controladas; existem garantias atreladas aos processos prováveis judiciais/administrativos em discussão em que a Companhia figura no pólo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores serão de responsabilidade dos vendedores, sendo reembolsado os valores a Companhia e suas controladas.

9. Investimentos

a) Movimentação dos investimentos

	Trust	Unipê		Acervo	Total
		Educacional	Patrimonial		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(561)	-	-	21	(540)
Equivalência patrimonial	(4)	(2.635)	(316)	-	(2.955)
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial total	(4)	(2.635)	(316)	-	(2.955)
Adoção inicial das novas práticas IFRS 9	-	(427)	-	-	(427)
Efeitos da reapresentação	-	(1.740)	(32)	-	(1.772)
Aumento de capital	-	71.320	-	-	71.320
Aquisição de controlada - UNIPÊ	-	189.003	209.307	-	398.310
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	(565)	255.521	208.959	21	463.936
Equivalência patrimonial	187	57.631	(947)	-	56.871
Efeito líquido da combinação de negócios (i)	-	(5.301)	-	-	(5.301)
Equivalência patrimonial total	187	52.330	(947)	-	51.570
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(378)	307.851	208.012	21	515.506

(i) Efeito das amortizações dos intangíveis identificados quando da combinação de negócios e reconhecidas na forma de ajuste à equivalência patrimonial na Companhia.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Sumário do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da controlada diretas:

	31 de dezembro de 2019		
	Trust	Unipê	Patrimonial
% de participação	99,99%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	6	30.397	-
Ativo não circulante	-	73.395	46.818
Total do ativo	6	103.792	46.818
Passivo circulante	-	27.746	-
Passivo não circulante	384	28.763	-
Patrimônio líquido	(378)	47.283	46.818
Total do passivo e patrimônio líquido	6	103.792	46.818
Receita líquida	-	164.058	-
Custo dos serviços prestados	-	(94.541)	-
Despesas operacionais, líquidas	188	(13.645)	(947)
Despesas financeiras, líquidas	(1)	(18.446)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	20.205	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	187	57.631	(947)

	31 de dezembro de 2018		
	Trust	Unipê	Patrimonial
% de participação	99,99%	99,99%	99,99%
Ativo circulante	445	30.584	-
Ativo não circulante	-	26.376	47.765
Total do ativo	445	56.960	47.765
Passivo circulante	-	31.675	-
Passivo não circulante	1.010	35.632	-
Patrimônio líquido	(565)	(10.347)	47.765
Total do passivo e patrimônio líquido	445	56.960	47.765
Receita líquida	-	51.513	-
Custo dos serviços prestados	-	(42.172)	-
Despesas operacionais, líquidas	(3)	(7.675)	(316)
Despesas financeiras, líquidas	(1)	(4.247)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(54)	-
Prejuízo líquido do exercício	(4)	(2.635)	(316)

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

a) Controladora

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2019
Custo						
Acervo bibliográfico	10.056	226	10.282	318	-	10.600
Equipamentos de informática	21.127	958	22.085	1.702	-	23.787
Máquinas e equipamentos	16.407	976	17.383	1.187	-	18.570
Móveis e utensílios	14.750	903	15.653	1.313	-	16.966
Instalações	18.430	-	18.430	-	-	18.430
Benfeitorias em propriedades de terceiros	8.310	-	8.310	22	7.471	15.803
Imobilizações em andamento (a)	2.945	1.554	4.499	5.225	(7.471)	2.253
Outras imobilizações	2.089	8	2.097	152	-	2.249
	<u>94.114</u>	<u>4.625</u>	<u>98.739</u>	<u>9.919</u>	<u>-</u>	<u>108.658</u>
Depreciação						
Acervo bibliográfico	(5.368)	(809)	(6.177)	(970)	-	(7.147)
Equipamentos de informática	(18.411)	(1.001)	(19.412)	(1.217)	-	(20.629)
Máquinas e equipamentos	(10.531)	(970)	(11.501)	(407)	-	(11.908)
Móveis e utensílios	(9.611)	(838)	(10.449)	(1.405)	-	(11.854)
Instalações	(16.921)	(918)	(17.839)	(395)	-	(18.234)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(1.212)	(825)	(2.037)	(1.229)	-	(3.266)
Outras imobilizações	(429)	(197)	(626)	(227)	-	(853)
	<u>(62.483)</u>	<u>(5.558)</u>	<u>(68.041)</u>	<u>(5.850)</u>	<u>-</u>	<u>(73.891)</u>
	<u>31.631</u>	<u>(933)</u>	<u>30.698</u>	<u>4.069</u>	<u>-</u>	<u>34.767</u>

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Combinação de negócios	Tranf.	Saldos em 31/12/2018 (reapresentado)	Adições	Tranf.	Saldos em 31/12/2019
Custo								
Terrenos	-	-	70.474	-	70.474	-	-	70.474
Prédios	-	-	111.266	-	111.266	-	-	111.266
Acervo bibliográfico	10.056	233	2.793	-	13.082	351	-	13.433
Equipamentos de informática	21.127	1.002	4.977	-	27.106	3.236	-	30.342
Máquinas e equipamentos	16.407	1.053	6.776	-	24.236	1.839	-	26.075
Móveis e utensílios	14.750	1.082	6.001	-	21.833	1.685	-	23.518
Instalações	18.430	-	435	-	18.865	-	-	18.865
Benfeitorias em propriedades de terceiros	8.310	-	151	-	8.461	96	7.471	16.028
Imobilizações em andamento (a)	2.945	1.318	11.188	1.490	16.941	5.225	(7.471)	14.695
Outras imobilizações	2.089	104	879	-	3.072	216	-	3.288
	94.114	4.792	214.940	1.490	315.336	12.648	-	327.984
Depreciação								
Prédios	-	(1.173)	-	-	(1.173)	(2.768)	-	(3.941)
Acervo bibliográfico	(5.368)	(1.084)	-	-	(6.452)	(1.508)	-	(7.960)
Equipamentos de informática	(18.411)	(1.269)	-	-	(19.680)	(2.673)	-	(22.353)
Máquinas e equipamentos	(10.531)	(1.370)	-	-	(11.901)	(1.139)	-	(13.040)
Móveis e utensílios	(9.611)	(1.208)	-	-	(10.819)	(2.798)	-	(13.617)
Instalações	(16.921)	(939)	-	-	(17.860)	(395)	-	(18.255)
Benfeitorias em propriedades de terceiros	(1.212)	(832)	-	-	(2.044)	(1.229)	-	(3.273)
Outras imobilizações	(429)	(296)	-	(1.490)	(2.215)	(939)	-	(3.154)
	(62.483)	(8.171)	-	(1.490)	(72.144)	(13.449)	-	(85.593)
	31.631	(3.379)	214.940	-	243.192	(801)	-	242.391

- (a) O grupo de imobilizações em andamento corresponde substancialmente a gastos com reforma de imóveis e adequação dos ambientes para a utilização das aulas nos campi. Após a validação e finalização das obras para utilização do espaço, os valores são transferidos para a rubrica de benfeitorias em imóveis de terceiros e depreciados conforme contrato de locação.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

A demonstração da movimentação do intangível é descrito abaixo:

a) Consolidado

Movimentação	Saldos em 31/12/2017	Adições	Combinação de negócios	Saldos em 31/12/2018 (reapresentado)	Adições	Saldos em 31/12/2019
Custo						
Ágio						
Unipê	-	-	201.922	201.922	-	201.922
Alocação do preço de compra – Unipê						
Marca	-	-	39.339	39.339	-	39.339
Credenciamento e Licenças de Operação MEC	-	-	37.637	37.637	-	37.637
Cláusula de não concorrência	-	-	1.855	1.855	-	1.855
Softwares	8.294	4.557	2.701	15.552	9.041	24.593
Total do Custo	8.294	4.557	283.454	296.305	9.041	305.346

Movimentação	Saldos em 31/12/2017	Adições	Combinação de negócios	Saldos em 31/12/2018 (reapresentado)	Adições	Saldos em 31/12/2019
Amortização						
Alocação do preço de compra – Unipê						
Marca	-	(527)	-	(527)	(1.575)	(2.102)
Cláusula de não concorrência	-	(121)	-	(121)	(371)	(492)
Softwares	(8.025)	(429)	-	(8.454)	(2.144)	(10.598)
Total da Amortização	(8.025)	(1.077)	-	(9.102)	(4.090)	(13.192)
Total	269	3.480	283.454	287.203	4.951	292.154

Os ativos classificados como *Software* correspondem à aquisição e custos de implementação de *softwares* operacionais da Companhia e suas controladas, sua taxa de amortização é fixada em 20% anuais para aquisições de sistemas de *software* sem prazo de vigência e 100% anuais para aquisições de sistemas de *software* com vigência de 12 meses.

Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente.

As parcelas dos ágios não alocadas foram identificadas através de laudo de mensuração do valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos e alocação do preço de aquisição dos negócios adquiridos, conforme CPC 15 (R1)/IFRS 3 - Combinação de Negócios.

O valor de licença MEC (Ministério da Educação), que foi identificado com vida útil indefinida, de acordo com estudo preparado por empresa independente será submetido também anualmente à análise de recuperabilidade (teste de *impairment*).

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio nas aquisições de participações.

A Administração efetuou a análise de recuperabilidade de seus ativos intangíveis de vida útil indefinida e não identificou *impairment*. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis.

A Companhia considera como Unidade Geradora de Caixa (*Business Unit*) a gestão acadêmica, comercial e administrativa das unidades, cada entidade existente, conforme disposto no item 6, do CPC 01 (R1)/IAS 36 Redução ao valor recuperável de ativos, conforme demonstrado abaixo:

Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”s)	UGCs em 31/12/2019	UGCs em 31/12/2018
Ipê Educacional	Nordeste	Nordeste
Ipê Patrimonial	Nordeste	Nordeste

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados (31 de dezembro de 2019 e 2018)

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa média de desconto, e ganho de margem anual pelo período de cinco anos, conforme abaixo:

Ágio na aquisição de participações	Taxa média de desconto	Valor residual do ágio em 31/12/2019	Taxa média de desconto	Valor residual do ágio em 31/12/2018
Grupo Unipê	6,60%	201.922	8,50%	201.922

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Taxa de desconto

A taxa de desconto das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) é uma taxa antes dos tributos e foi estimada baseada na experiência da Administração com os ativos destas UGCs e na média ponderada do custo de capital da Companhia.

Taxa de crescimento

Foi utilizado um período de cinco anos nas projeções dos fluxos de caixa das UGCs com taxa de perpetuidade de 4,0% a.a. A Companhia acredita ser viável o alcance dos resultados projetados para períodos superior a cinco anos, dado sua experiência e capacidade de gestão, na integração e expansão de geração de caixa de unidades adquiridas, bem como nas características específicas que o setor possui, como baixa penetração e altas taxas de crescimento no histórico recente.

Crescimento do *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA) projetado

O EBITDA projetado e apresentado em bases de crescimento composto anual dos planos de negócio utilizados para fins de avaliação do valor recuperável foi baseado na experiência da Administração e ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento de receita através de inserção de novos produtos e serviços, reposicionamento de preços e captação de alunos advindos de novas praças;
- Ganhos de margem operacional, como participação da receita, através da inserção das melhores práticas de gestão, ganhos de escala através de renegociação com fornecedores, contínua maturação dos cursos nos campi adquiridos e desenvolvimentos de novos produtos e serviços com margens mais elevadas.

Análise de sensibilidade das premissas

A Administração identificou duas premissas principais, que são números de alunos e reajuste de mensalidades, para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável.

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de 3,8% e ganhos de margem anuais de 0,8%, principalmente pela consideração de unidades adquiridas na sua fase pré-operacional ou com baixo volume de alunos, as taxas de crescimento de receita satisfazem o valor estipulado, uma vez que a base inicial de alunos é baixa se comparado a maturação.

Os ganhos de margem são satisfatoriamente condizentes com as premissas de crescimento do

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

EBITDA projetado, uma vez que as UGCs quando adquiridas não apresentam gestão administrativa centralizada, como também possibilita a diluição de custos através de ganhos de escala pelo crescimento de receita e introdução das melhores práticas de custo da Companhia.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas.

Valorização da carteira de alunos

A valorização da carteira de alunos foi estimada através do método de Fluxo de Caixa Descontado, baseada nas informações internas de alunos remanescentes e geração de caixa destes alunos até a formatura, considerando receitas, custos diretos e índice de contribuição de outras despesas e ativos para geração deste resultado.

Licenças MEC

As licenças concedidas pelo MEC para o curso de Medicina foram estimadas através do método de mensuração pela abordagem da renda. O método é uma derivação do método do fluxo de caixa descontado. O princípio fundamental é que o valor de um ativo intangível corresponde ao valor presente das diferenças entre os fluxos de caixa de dois cenários: um considerando o cenário de geração de fluxos de caixa atual e outro considerando uma reconstrução do ativo considerando a curva de evolução necessária para que os fluxos sejam equiparados. Foi considerado uma taxa de desconto de 14,0% a.a. para um período de projeção de cinco anos a partir da data-base, com perpetuidade.

Foram consideradas as informações gerenciais fornecidas pela administração:

- a) Quantidade de alunos: Foi projetado um crescimento no número de alunos considerando uma taxa de crescimento de 3,8% a.a.;
- b) Mensalidade: considerou-se o preço verificado nas demonstrações gerenciais na data-base da avaliação corrigido pela inflação IPCA por todo o período projetivo;
- c) Foi considerado um crescimento gradual do número de alunos até atingir o mesmo número observado no primeiro cenário ao final do período de projeção;
- d) Por conta da licença não ter vencimento e gerar benefícios futuros, considerou-se uma vida útil indefinida.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018
CCB Célula de crédito bancário	(a) Variação CDI + taxa fixa de 1,40% a.a	23.732	30.096
Contratos de arrendamento	(d) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	-	11
		23.732	30.107
Circulante		8.432	4.307
Não circulante		15.300	25.800

Modalidade	Encargos financeiros	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Capital de giro	(a) Variação CDI + taxa pré até 1,13% a.m	14.209	24.243
(CCB) Cédula de Crédito Bancário	(b) Variação CDI + taxa fixa de 1,40% a.a	23.732	30.096
Conta garantida	(c) Taxa pré-fixada até 6,17 % a.m.	-	429
Contratos de arrendamento	(d) Taxa pré-fixada até 1,8% a.m.	297	130
		38.238	54.898
Circulante		15.946	12.647
Não circulante		22.292	42.251

(a) Refere-se aos empréstimos para o capital de giro, os quais estão sendo utilizados para expansão das atividades da Companhia;

(b) A Companhia celebrou uma Célula de Crédito Bancário de R\$30.000 com o Banco Itaú Unibanco S.A. em 17 de dezembro de 2018;

(c) Conta garantida junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.; e

(d) Refere-se substancialmente à aquisição de bens por meio de arrendamento mercantil;

A parcela não circulante, em 31 de dezembro de 2019 apresentava o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2021	20.801
2022	1.491
Total	22.292

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias

A garantia prestada para os contratos de empréstimos estão compostas por recebíveis. Há 19.167.653 quotas de titularidade da Companhia, correspondente a R\$3.051 do capital da controladora Unipê que se encontram alienadas fiduciariamente ao Banco Safra S.A. de acordo com os termos e condições previstos na Cédula de Crédito Bancário. A controlada Unipê possui garantias com os depósitos a prazo representado pelo Banco do Brasil e estão vinculadas à conta da Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$90. Com o Banco Santander a garantia está no fundo de aplicação no valor de R\$3.000. O contrato de prestação educacional é igual a 100% do saldo devedor da operação garantida.

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”) de vencimento antecipado ou de liquidação, dos quais resumidamente especificamos a seguir:

- se a Companhia requerer recuperação judicial ou extrajudicial, se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do estado econômico-financeiro da Companhia;
- se a Companhia ou seus avalistas vier a inadimplir quaisquer de suas obrigações ou sofrerem protesto legítimo de títulos, sem que haja a substituição dos avalistas que vier a encontrar-se se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios da Companhia; em qualquer das situações anteriores;
- se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle da titularidade das ações da Companhia, incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

Companhia *Cláusulas restritivas (“Covenants”)*

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, durante a vigência desta emissão. O resultado da relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Controladora Unipê não poderá ser superior a 2x. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a controladora Unipê atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

13. Debêntures

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
1ª Emissão - Debêntures - SECID	(a) Taxa CDI + 1,40 a.a.	335.870	336.547	335.870	336.547
		335.870	336.547	335.870	336.547
	Circulante	335.870	6.547	335.870	6.547
	Não circulante	-	330.000	-	330.000

- a) Em 27 de agosto de 2018, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, com Garantia Adicional Fidejussória, a Ser Convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A., no valor de R\$330.000, por meio da emissão de 330.000 debêntures, com valor unitário de R\$1.000 (“Valor Nominal Unitário”) em 10 de setembro de 2018 (Data de Emissão). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 7 anos a partir da data de emissão, com vencimento em 10 de setembro de 2025. O valor nominal unitário será amortizado em 9 parcelas semestrais e consecutivas durante a vigência do contrato, a serem pagas todo dia 10 de março e de setembro, a partir de 10 de setembro de 2021, sendo amortizada por parcela, da 1ª a razão de 12,50% do valor nominal unitário, 2ª e 3ª à razão de 6,25% do valor nominal unitário, 4ª até 7ª à razão de 11,25% do valor nominal unitário, e a 8ª e 9ª parcela à razão de 15,0000% totalizando assim 100% de amortização do valor nominal. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 1.40% a.a.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, durante a vigência desta emissão. O resultado da relação entre a dívida líquida e o EBITDA da fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., não poderá ser superior a 3,5x até 2020 e 3x após 2020. Em 31 de dezembro de 2018, a controladora atingiu todos os índices requeridos contratualmente. Em 31 de dezembro de 2019, a controladora não tinha atendido todos os covenants previstos em decorrência da adoção do IFRS 16 do cálculo do *covenant* da Dívida Líquida / EBITDA, para a 1ª Emissão de Debêntures – SECID, como consequência, pelo fato destas debêntures possuírem cláusula de previsão contratual que permite aos credores solicitarem a aceleração do pagamento dessa dívida (direito este que não foi até o momento exercido). Desta forma, conforme discutido na nota 1, situação financeira – classificação contábil e eventos subsequentes relacionados, os saldos do longo prazo foram reclassificados para o circulante.

Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da IPÊ Educacional LTDA., decorrentes dos pagamentos de mensalidades e taxas dos alunos; (ii) alienação fiduciária das quotas da IPÊ Educacional LTDA.; e (iii) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários a pagar	5.647	4.217	5.645	4.482
Provisão para férias e encargos	7.106	6.454	13.368	14.238
FGTS a recolher	1.005	680	1.586	1.254
INSS a recolher	2.845	1.881	3.182	2.836
Outras obrigações	210	124	336	124
Total	16.813	13.356	24.117	22.934

15. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	(reapresentado)		(reapresentado)	
IRRF a recolher	3.204	1.080	4.275	1.080
Impostos retidos	83	50	807	1.089
ISS a recolher	647	1.245	1.350	2.160
IRPJ e CSLL	189	2.072	189	2.699
PIS e COFINS a recolher	297	307	342	355
ITBI a recolher	-	-	-	6.960
Parcelamentos	22.511	26.114	41.002	45.942
Total	26.931	30.868	47.965	60.285
Circulante	9.297	9.511	13.938	20.552
Não circulante	17.634	21.357	34.027	39.733

Em 31 de dezembro de 2019 os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid	Unicid	Unipê	Unicid	Unipê	Unipê	Total
	(a)	(b)	(c)	(c)	(d)	(e)	
Valor original	650	49.866	12.363	606	213	430	64.128
(-) Pagamentos	-	(10)	(9.726)	-	-	-	(9.736)
Multa	130	-	9.272	64	64	34	9.564
Juros	505	-	24.943	212	-	13	25.673
Encargos	140	-	2.846	-	-	40	3.026
Saldo consolidado	1.425	49.856	39.698	882	277	517	92.655
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(633)	(9.364)	(19.750)	-	-	-	(29.747)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	(8.565)	-	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	792	31.927	19.948	882	277	517	54.343
(+) Atualização	49	23.299	7.372	84	167	593	31.564
(-) Pagamentos	(841)	(33.225)	(9.306)	(456)	(414)	(663)	(44.905)
Saldos a pagar em 31/12/2019	-	22.001	18.014	510	30	447	41.002

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018 os saldos de parcelamentos são representados por:

Demonstrativo de parcelamento	Unicid (a)	Unicid (b)	Unipê (c)	Unipê (e)	Unipê (f)	Total
Valor original	650	49.866	12.363	213	430	63.522
(-) Pagamentos	-	(10)	(9.726)	-	-	(9.736)
Multa	130	-	9.272	64	34	9.500
Juros	505	-	24.943	-	13	25.461
Encargos	140	-	2.846	-	40	3.026
Saldo consolidado	1.425	49.856	39.698	277	517	91.773
(-) Reconhecimento dos benefícios pela redução de multa e juros	(633)	(9.364)	(19.750)	-	-	(29.747)
(-) Utilização de prejuízo fiscal	-	(8.565)	-	-	-	(8.565)
Saldo a pagar	792	31.927	19.948	277	517	53.461
(+) Atualização	46	22.588	6.610	155	587	29.986
(-) Pagamentos	(742)	(28.497)	(7.390)	(315)	(561)	(37.505)
Saldos a pagar em 31/12/2018	96	26.018	19.168	117	543	45.942

- a) Parcelamento Incentivado Municipal – PPI, regido pela Lei nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, destinado a regularizar débitos tributários em todas as esferas do Município de São Paulo gerados até 2004, com atualização monetária e juros de mora por mês. A Unicid aderiu em 2009 optando por 120 parcelas.
- b) Parcelamento Federal - REFIS IV, instituído pela legislação:
- Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, possibilitando o parcelamento de todos os débitos Federais em todas as esferas, vencidos até 2008, caso débitos em discussão judicial obrigatória desistência para adesão. As reduções com percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. A consolidação de iniciativa da Receita Federal do Brasil ocorreu em 2011. A Unicid e a Unipê aderiram ao parcelamento em 2009, optando por 180 parcelas.
 - Reaberturas do parcelamento REFIS - Em todos os períodos habilitados aplicava-se as mesmas reduções, benefícios e tipos de débitos permitidos, variando as reduções de acordo com a modalidade da quantidade de parcelas optadas:
 - Lei 12.865, de 9 de outubro de 2013 - abrangendo possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 2008. A controlada Unipê aderiu em 2013, optando por 180 meses.
 - Lei 12.996, de 18 de junho de 2015, abrangendo possibilidade de inclusão dos débitos vencidos até 2013. A Companhia aderiu em 2015, optando por 60 parcelas.
- c) Parcelamento Federal: Pert – acomodado pela Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, onde apresenta a possibilidade de parcelamento dos débitos vencidos até 2017 de todas as esferas Federais, com as reduções e percentuais variáveis de acordo com a quantidade de parcelas optadas, sendo multa, juros, honorários e encargos, possibilitando a utilização para abatimentos da dívida com prejuízos fiscais e base negativa, caso existente. As controladas Unipê e Unicid aderiram em 2017, optando por 145 e 150 parcelas respectivamente.
- d) Parcelamento Federal – Parcelamento Simplificado: regido pela Lei 10.522 de 19 de julho de 2002, sem redução na multa e juros, com atualizações realizadas pelo saldo, com base na taxa SELIC/mês. A controlada Unipê com adesão em 2015, optou por pagamentos em 60 parcelas.
- e) Parcelamento FGTS – definido pela Resolução CCFGTS Nº 765 de 09 de dezembro de 2014, permitindo parcelar débitos em qualquer esfera oriundos de FGTS, sem reduções, com atualizações pelo saldo remanescente através

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da Taxa Referencial, juros 3% ao mês e Multa de 8% na data da apuração do débito. A controlada Unipê aderiu em setembro de 2014 referente dívida de 2005, em 180 parcelas e referente a dívida de 2009 aderiu em setembro de 2016, em 60 parcelas.

16. Operações com partes relacionadas

Controladora

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Com controladas						
Uni Cidade Trust de Recebíveis S.A. (Trust) (a)	384	-	-	384	-	-
Unipê Educacional (a) (c)	1.965	23.890	-	-	-	-
Acef S.A (a)	-	3.220	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul Educacional S.A (c)	-	420	-	-	-	-
Outras partes relacionadas						
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (b)	-	227	(2.718)	-	210	(2.528)
	2.349	27.757	(2.718)	384	210	(2.528)
Circulante	-	227	-	384	210	-
Não circulante	2.349	27.530	-	-	-	-

Consolidado

	31/12/2019		31/12/2018	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Outras partes relacionadas				
Acef S.A (a)	2.120	-	-	-
Cruzeiro do Sul Educacional S.A (c)	420	-	-	-
HG Cruzeiro do Sul Empr. e Participações S.A. (b)	227	(2.718)	210	(2.528)
	2.767	(2.718)	210	(2.528)
Circulante	227		210	
Não circulante	2.540		-	

- (a) Os contratos de mútuo entre Controladora e Controladas não tem juros pré-definidos e nem vencimento definido.
- (b) Refere-se às despesas de aluguéis do Campus Pinheiros. O contrato de aluguel celebrado entre as partes possui prazo de vigência de 9 anos, contendo cláusula de prorrogação automática. O montante total das parcelas mensais é de R\$227, sendo que o contrato possui reajuste anual pelo índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) tomando como base a data de sua assinatura.
- (c) Os adiantamentos para futuro aumento de capital correspondem a valores enviados pela Companhia as suas controladas com expectativa de integralização ao seu capital social em um período de até 12 meses.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a contingências e riscos. A provisão para demandas judiciais e administrativas são estabelecidas por valores atualizados, para questões cíveis, trabalhistas e tributárias em discussão, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, nos casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 as contingências provisionadas estão relacionadas aos processos cíveis, tributários e trabalhistas, e estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
				(reapresentado)
Processos cíveis	2.308	2.027	3.405	2.331
Processos trabalhistas	1.004	3.301	3.208	4.374
Total	3.312	5.328	6.613	6.705

A movimentação da provisão para demandas judiciais está descrita abaixo:

	Controladora		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.838	2.577	4.415
Adições/(Reversões)	189	724	913
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.027	3.301	5.328
Adições	1.794	306	2.100
Reversões	(1.126)	(1.934)	(3.060)
Pagamentos	(387)	(669)	(1.056)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.308	1.004	3.312

	Consolidado		
	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.838	2.577	4.415
Adições/(Reversões)	(229)	1.581	1.352
Efeitos de reapresentação	-	(529)	(529)
Combinações de negócios	722	1.650	2.372
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.331	4.374	6.705
Adições	2.847	1.614	4.461
Reversões	(1.359)	(1.981)	(3.340)
Pagamentos	(414)	(799)	(1.213)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.405	3.208	6.613

As obrigações acessórias entregues pela Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários,

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais.

Processos cíveis com perda provável

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza jurídica e administrativa, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão (consolidado) no montante de R\$3.405 em 31 de dezembro de 2019 (sendo R\$2.331 em 31 de dezembro de 2018).

Dentre vários processos cíveis com risco de perda provável podemos destacar:

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais decorrentes de supostas cobranças indevidas ou alegação de vícios nos serviços prestados, de natureza acadêmica e operacional.

Ações relevantes

O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública em 2007 contra a SECID, Cruzeiro do Sul e diversas outras universidades questionando a cobrança de taxa de emissão de diploma. A ação foi julgada parcialmente procedente somente para que as universidades não mais cobrassem taxas para expedição de diplomas. Em segunda instância, as universidades foram condenadas também a devolver, em dobro, os valores cobrados de alunos e ex-alunos no período de cinco anos anteriores à citação na ação, acrescidos de juros e correção monetária. Foi interposto recurso pelas universidades e o processo encontra-se no STJ para reexame da matéria. Foi estimado e provisionado o valor total de R\$792 para suportar perdas nesse processo.

Processos trabalhistas com perda provável

Os processos trabalhistas discutem em geral horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício e/ou de atividade de docência, equiparação salarial, adicional noturno, intervalo intra e interjornada, adicional de insalubridade e multa por demissão antes do dissídio coletivo. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações trabalhistas e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração da Companhia mantém (consolidado) a provisão de R\$3.208 em 31 de dezembro de 2019 (R\$4.374 em 31 de dezembro de 2018).

Ressarcimento para perdas cíveis, tributários e trabalhistas

Parte dos processos da controlada SECID referem-se a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da SECID, anteriores à aquisição pela Cruzeiro do Sul, sendo então contingências de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, a Companhia e suas controladas possuem garantias contratuais

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de ressarcimento, as quais poderão ser compensadas com retenção de pagamentos advindos de contrato de locação celebrado com os ex-proprietários da SECID, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de quotas celebrado entre as partes. Além do desembolso efetuado com base no percentual de responsabilidade da nova gestão, ao passo que o desembolso residual fica a cargo dos patronos dos ex-proprietários.

Quanto à controladora IPÊ Educacional, a maioria dos processos referem-se integralmente a fatos geradores ocorridos durante a gestão dos ex-proprietários da IPÊ Educacional, anteriores à aquisição pela Companhia, sendo de responsabilidade dos ex-proprietários. Na hipótese de eventuais perdas definitivas nesses processos, são apuradas e lançadas em Conta Gráfica para os ressarcimentos, respeitados limites e condições do contrato de compra e venda de ações celebrado entre as partes.

Processos com perda possível

A Companhia possui processos classificados como probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada conforme apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Processos cíveis	5.698	7.597	6.045	7.616
Processos trabalhistas	1.902	1.055	4.289	2.469
Total	7.600	8.652	10.334	10.085

Processos cíveis com perda possível

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor apurado no consolidado, em 31 de dezembro de 2019, era de R\$6.045 (R\$7.616 em 31 de dezembro de 2018).

Processos trabalhistas com perda possível

Nossos consultores efetuaram levantamento, avaliação e quantificação dos diversos processos de natureza trabalhista com perda possível, e o valor apurado no consolidado foi de R\$4.289 em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.469 em 31 de dezembro de 2018).

Dentre vários processos trabalhistas com risco de perda possível podemos destacar:

Foram distribuídos em 2018 dois processos em que os autores e empresários requerem o reconhecimento do vínculo empregatício com a Cruzeiro do Sul e SECID, atrelados a Pós-Graduação de Odontologia. Foi estimado o risco no valor total de 637 possível de perda.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição dos Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Processos cíveis	31	201	152	250
Processos tributários	279	253	279	256
Processos trabalhistas	133	380	335	1.086
Total	443	834	766	1.592

18. Obrigações por aquisições de participações societárias

	UNIPÊ
(=) Saldo em 31/12/2017	-
(+) Aquisição	124.080
(-) Ajuste de preço	(20.844)
(+) Juros apropriados	2.498
(-) Pagamentos de principal	(23.237)
(-) Pagamentos de juros	(392)
(=) Saldo em 31/12/2018	82.105
(+) Juros apropriados	4.376
(=) Saldo em 31/12/2019	86.481
Não circulante	86.481

Parcela de R\$80.000 a ser ajustada pela variação do CDI que serão pagos após o 6º aniversário da data de fechamento da transação referente a aquisição da Unipê pela Companhia

19. Mudanças nos passivos

	Controladora						
	31 de dezembro de 2019						
	Em 1º de janeiro de 2019	Pagamento (principal e juros)	Juros + var. camb. e monetárias	Remensuração (*)	Adoção inicial do IFRS 16 (*)	Outros (*)	Em 31 de dezembro de 2019
Empréstimos e financiamentos circulante	4.307	(8.417)	2.042	-	-	10.500	8.432
Empréstimos e financiamentos não circulante	25.800	-	-	-	-	(10.500)	15.300
Debêntures a pagar circulante	6.547	(25.257)	24.580(**)	-	-	330.000	335.870
Debêntures a pagar não circulante	330.000	-	-	-	-	(330.000)	-
Passivo de arrendamento circulante	-	(20.553)	11.351	6.985	-	14.567	12.350
Passivo de arrendamento não circulante	-	-	-	-	112.346	(14.567)	97.779
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	82.105	-	4.376	-	-	-	86.481
Total	448.759	(54.227)	42.349	6.985	112.346	-	556.212

(*) Efeito não caixa

(**) Inclui amortização do custo de captação

	Controladora				
	31 de dezembro de 2018				
	Em 1º de janeiro de 2018	Pagamento (principal e juros)	Juros + var. camb. e monetárias	Novas captações	Em 31 de dezembro de 2018
				Outros (*)	

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos e financiamentos circulante	818	(935)	224	30.000	(25.800)	4.307
Empréstimos e financiamentos não circulante	-	-	-	-	25.800	25.800
Debêntures a pagar circulante	-	-	7.642(**)	328.905	(330.000)	6.547
Debêntures a pagar não circulante	-	-	-	-	330.000	330.000
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	-	(23.629)	2.498	103.236	(82.105)	-
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	-	-	-	-	82.105	82.105
Total	818	(24.564)	10.364	462.141	-	448.759

(*) Efeito não caixa

(**) Inclui amortização do custo de captação

	Consolidado						Em 31 de dezembro de 2019
	Em 1º de janeiro de 2019	Pagamento (principal e juros)	Juros + var. camb. e monetárias	Remensuração (*)	Adoção inicial do IFRS 16 (*)	Outros (*)	
Empréstimos e financiamentos circulante	12.647	(21.751)	5.091	-	-	19.959	15.946
Empréstimos e financiamentos não circulante	42.251	-	-	-	-	(19.959)	22.292
Debêntures a pagar circulante	6.547	(25.257)	24.580(**)	-	-	330.000	335.870
Debêntures a pagar não circulante	330.000	-	-	-	-	(330.000)	-
Passivo de arrendamento circulante	-	(20.553)	11.351	6.985	-	14.567	12.350
Passivo de arrendamento não circulante	-	-	-	-	112.346	(14.567)	97.779
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	82.105	-	4.376	-	-	-	86.481
Total	473.550	(67.561)	45.398	6.985	112.346	-	570.718

(*) Efeito não caixa

(**) Inclui amortização do custo de captação

	Consolidado						Em 31 de dezembro de 2018
	Em 1º de janeiro de 2018	Pagamento (principal e juros)	Juros + var. camb. e monetárias	Novas captações	Combinação de negócios	Outros (*)	
Empréstimos e financiamentos circulante	818	(43.248)	1.515	30.000	65.813	(42.251)	12.647
Empréstimos e financiamentos não circulante	-	-	-	-	-	42.251	42.251
Debêntures a pagar circulante	-	-	7.642(**)	328.905	-	(330.000)	6.547
Debêntures a pagar não circulante	-	-	-	-	-	330.000	330.000
Obrigações por aquisição de participação societária circulante	-	(23.629)	2.498	103.236	-	(82.105)	-
Obrigações por aquisição de participação societária não circulante	-	-	-	-	-	82.105	82.105
Total	818	(66.877)	11.655	462.141	65.813	-	473.550

(*) Efeito não caixa

(**) Inclui amortização do custo de captação

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia era de R\$29.462 (R\$2.262 em 31 de dezembro de 2018), composto por 2.262.398 (2.262.398 em 31 de dezembro de 2018) ações

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ordinárias, nominativas e sem valores nominais, totalmente integralizadas e a composição acionária é demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2019		31/12/2018	
	Ações	% Part.	Ações	% Part.
Cruzeiro do Sul Educacional S.A.	2.262.397	99,99%	2.262.397	99,99%
Acionistas Pessoa Física	1	0,01%	1	0,01%
	2.262.398	100%	2.262.398	100%

Em 31 de dezembro de 2018, houve aumento de capital de R\$27.200, através da reserva para futuro aumento de capital, porém não houve alteração nas ações, que totalizam 2.262.398 ações.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos.

d) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A destinação do lucro líquido apurado nos exercícios de 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	92.821	54.836
Base para reserva legal	92.821	54.836
Apropriação para reserva legal (i)	(4.641)	(452)
Base para dividendo mínimo obrigatório	88.180	54.384
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	22.045	12.577
Adoção novas práticas IFRS 9	-	4.024
Destinação para reserva de retenção de lucros	1.180	14.677
Reserva para futuro aumento de capital (ii)	25.000	-
Dividendos adicionais propostos	39.955	23.106

(i) A Administração da Companhia destinou parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal até o montante equivalente a 20% do capital social.

(ii) O Art. 199 da Lei das S.A. prevê que o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Desta forma, a Administração destinou o montante de R\$25.000 do lucro líquido do exercício na forma de aumento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

21. Lucro por ação

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

<u>Lucro por ação (básico e diluído)</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	92.821	54.836
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	2.262.398	2.262.398
Lucro por ação em R\$	41,03	24,24

22. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

22.1 Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas apresentam exposições aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis.

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras e debêntures estão mencionadas nas Notas 6 e 13, respectivamente.

Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2019, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para as aplicações financeiras, os empréstimos, financiamentos e debêntures. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2019:

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cenário em 31 de dezembro de 2019 (Controladora)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2019	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI-4,40%)	1.433	1.433	1.433	1.433
Empréstimos e financiamentos	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-4,40%)	23.732	23.732	23.993	24.254
Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-4,40%)	335.870	335.870	339.565	343.259
Passivo de arrendamento	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGPM)	(IGPM 7,30%)	110.129	110.129	112.139	114.149

Cenário em 31 de dezembro de 2019 (Consolidado)

Operação	Risco	Taxa	31/12/2019	Provável	Variação 25%	Variação 50%
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras (risco de perda em função da redução do CDI)	(CDI-4,40%)	7.809	7.809	7.809	7.809
Empréstimos e financiamentos, Debêntures	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-4,40%)	38.238	38.238	38.659	39.079
	Dívida (Risco de perda em função do aumento do CDI e valorização da dívida)	(CDI-4,40%)	335.870	335.870	339.565	343.259
Passivo de arrendamento	Dívida (Risco de perda em função do aumento do IGPM)	(IGPM 7,30%)	110.129	110.129	112.139	114.149

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de seus alunos.

O risco de crédito dos alunos é administrado pela Companhia e por cada controlada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. O saldo a receber de mensalidades é denominado em Reais e a Administração monitora o risco do saldo a receber dos alunos e são cobradas mensalmente com base no contrato firmado entre a Companhia e os alunos.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário emitidas por estas instituições. A Companhia evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamento mercantil financeiro.

A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Passivos financeiros	Nota	Controladora					
		31 de dezembro de 2019					Valor contábil
		Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	
Empréstimos e financiamentos	12	8.791	17.663	-	26.454	(2.722)	23.732
Debêntures	13	360.380	-	-	360.380	(24.510)	335.870
Fornecedores		5.479	-	-	5.479	-	5.479
Obrigações tributárias	16	9.850	11.601	11.142	32.593	(5.662)	26.931
Obrigações por aquisição de participação societária	19	-	-	115.513	115.513	(29.032)	86.481
Passivo de arrendamento	14	11.187	29.037	115.722	155.946	(45.817)	110.129
		395.687	58.301	242.377	696.365	(107.743)	588.622

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora					
		31 de dezembro de 2018					
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	12	4.624	31.214	-	35.838	(5.731)	30.107
Debêntures	13	7.029	87.455	370.562	465.046	(128.499)	336.547
Fornecedores		2.575	-	-	2.575	-	2.575
Obrigações tributárias	16	10.077	9.276	19.172	38.525	(7.657)	30.868
Obrigações por aquisição de participação societária	19	-	-	109.668	109.668	(27.563)	82.105
		24.305	127.945	499.402	651.652	(169.450)	482.202

		Consolidado					
		31 de dezembro de 2019					
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	12	15.170	28.287	-	43.457	(5.219)	38.238
Debêntures	13	360.380	-	-	360.380	(24.510)	335.870
Fornecedores		6.368	-	-	6.368	-	6.368
Obrigações tributárias	16	14.767	16.589	28.394	59.750	(11.785)	47.965
Obrigações por aquisição de participação societária	19	-	-	115.513	115.513	(29.032)	86.481
Passivo de arrendamento	14	11.187	29.037	115.722	155.946	(45.817)	110.129
		407.872	73.913	259.629	741.414	(116.363)	625.051

		Consolidado					
		31 de dezembro de 2018					
Passivos financeiros	Nota	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos	12	13.578	49.002	2.116	64.696	(9.798)	54.898
Debêntures	13	7.029	87.455	370.562	465.046	(128.499)	336.547
Fornecedores		4.136	-	-	4.136	-	4.136
Obrigações tributárias	16	21.774	17.124	35.826	74.724	(14.439)	60.285
Obrigações por aquisição de participação societária	19	-	-	109.668	109.668	(27.563)	82.105
		46.517	153.581	518.172	718.270	(180.299)	537.971

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e um razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e optou por apresentar o consolidado por considerar mais relevante:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
		(reapresentado)
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	38.238	54.898
Debêntures (nota 13)	335.870	336.547
Passivo de arrendamento (nota 2.20)	110.129	-
(=) Total dívida bruta	484.237	391.445
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(7.809)	(15.479)
(-) Aplicações financeiras (nota 6)	-	(5.597)
(=) Total dívida líquida	476.428	370.369
Patrimônio líquido (nota 20)	77.645	46.824
Dívida líquida e patrimônio líquido	554.073	417.193

22.2. Valor justo

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros da controladora:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.433	7.362	1.433	7.362
Contas a receber	31.290	30.302	31.290	30.302
Outros créditos	2.567	4.846	2.567	4.846
Total	35.290	42.510	35.290	42.510
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	23.732	30.107	23.732	30.107
Debêntures	335.870	336.547	335.870	336.547
Fornecedores	5.479	2.575	5.479	2.575
Obrigações por aquisição de participação societária	86.481	82.105	86.481	82.105
Passivo de arrendamento	110.129	-	139.526	-
Total	561.691	451.334	591.088	451.334

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e passivos financeiros do consolidado:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7.809	15.479	7.809	15.479
Aplicações financeiras	-	5.597	-	5.597
Contas a receber	58.646	47.170	58.646	47.170
Outros créditos	7.087	10.070	7.087	10.070
Total	73.542	78.316	73.542	78.316
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	38.238	54.898	43.458	54.898
Debêntures	335.870	336.547	360.380	336.547
Fornecedores	6.368	4.136	6.368	4.136
Obrigações por aquisição de participação societária	86.481	82.105	86.481	82.105
Passivo de arrendamento	110.129	-	139.526	-
Total	577.086	477.686	636.213	477.686

23. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	89.982	54.328	69.777	54.383
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	(30.594)	(18.472)	(23.724)	(18.490)
Adições:				
Despesas não dedutíveis (i)	(8.214)	(326)	(7.037)	(1.367)
Exclusões:				
Outras exclusões (ii)	10.760	1.149	26.472	1.148
Equivalência patrimonial	17.534	(1.005)		
Outros itens:				
Efeitos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	428	329	2.037	329
Isenção PROUNI (nota 2.5) (iii)	12.925	18.833	25.296	18.833
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	2.839	508	23.044	453
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(336)	145	(336)	145
IR e CS diferidos no resultado do exercício	3.175	363	23.380	308
Alíquota efetiva	3,16%	0,94%	33,03%	0,83%

(i) Imposto diferido sobre diferenças temporárias e outras despesas não dedutíveis;

(ii) As principais exclusões são oriundas de estornos das provisões adicionadas anteriormente e outras diferenças temporárias.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Isenção do IRPJ e da CSLL referente ao PROUNI, calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas (POEB) sobre as atividades beneficiadas.

a) Composição do Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos dos diferidos são registrados sobre as diferenças temporárias movimentadas nas memórias de cálculos por adições e exclusões, representadas nas linhas:

<u>Controladora</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo	
Prejuízos fiscais/ Base negativa CSLL	2.767
Leasing IFRS 16	1.558
Amortizações Mais Valia	2.404
Provisão de contingência	1.728
Diferenças temporárias do lucro real	1.956
Total diferido ativo	<u>10.414</u>
Passivo	
Diferenças temporárias do lucro real	(337)
Total diferido passivo	<u>(337)</u>
Tributos diferidos, líquidos	<u>10.077</u>

<u>Consolidado</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo	
Prejuízos fiscais/ Base negativa CSLL	20.878
Leasing IFRS 16	1.558
Amortizações Mais Valia	2.404
Provisão de contingência	2.850
Diferenças temporárias do lucro real	2.987
Total diferido ativo	<u>30.677</u>
Passivo	
Diferenças temporárias do lucro real	(448)
Total diferido passivo	<u>(448)</u>
Tributos diferidos, líquidos	<u>30.229</u>

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Os saldos e a movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são demonstrados com seus efeitos no resultado, conforme segue:

Controladora	31/12/2018	Efeitos	
		Resultado	31/12/2019
Ativo			
Prejuízos fiscais/ Base Negativa CSLL (i)	3.207	(440)	2.767
Leasing IFRS 16	-	1.558	1.558
Amortizações Mais Valia	643	1.761	2.404
Provisão de contingência	1.812	(84)	1.728
Diferenças Temporárias do Lucro Real	1.723	233	1.956
Total tributos diferidos ativos	7.385	3.029	10.414
Passivo			
Diferenças Temporárias do Lucro Real	(483)	146	(337)
Total tributos diferidos passivos	(483)	146	(337)
Total tributos diferidos, líquidos	6.902	3.175	10.077

Consolidado	31/12/2018	Efeitos	
		Resultado	31/12/2019
Ativo			
Prejuízos fiscais/ Base Negativa CSLL (i)	3.207	17.670	20.878
Leasing IFRS 16	-	1.558	1.558
Amortizações Mais Valia	643	1.761	2.404
Provisão de contingência	1.812	1.039	2.850
Diferenças Temporárias do Lucro Real	1.723	1.264	2.987
Total tributos diferidos ativos	7.385	23.292	30.677
Passivo			
Diferenças Temporárias do Lucro Real	(536)	88	(448)
Total tributos diferidos passivos	(536)	88	(448)
Total tributos diferidos, líquidos	6.849	23.380	30.229

- (i) Os maiores valores de diferidos, são oriundos de amortização mais valia das empresas adquiridas ainda não incorporadas.

Os seguintes montantes foram utilizados como base para contabilização dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL:

Descrição	Saldos disponíveis	Base utilizada p/ IR/CS diferidos ativos
Prejuízo fiscal	52.808	52.808
Base de cálculo negativa de CSLL	83.556	83.556

- (a) Para o exercício de 2019, conforme Instrução CVM concluímos que a Controladora apresenta histórico de rentabilidade, e conforme projeções, a partir de 2019 a controlada Unipê apresentará lucros tributários correntes, diante dessa análise a empresa sustenta os Ativos Diferidos no encerramento do exercício de 2019.
- c) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos por ano de realização:

Consolidado		
Faixa de vencimento	Total	%

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2020	6.981	23%
2021	9.605	31%
2022	5.678	19%
2023	808	3%
2024 em diante	7.605	25%
	33.059	100%

24. Receita líquida

A tabela a seguir apresenta a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta				
Cursos de graduação	711.856	627.048	933.432	693.917
Cursos de pós-graduação	13.742	11.321	25.673	15.732
Cursos técnicos e colégio	1.726	2.207	604	2.207
Outras receitas	1.649	1.038	6.240	1.038
	728.973	641.614	965.949	712.894
Deduções da receita bruta				
Bolsa de estudo e descontos concedidos	(369.673)	(314.997)	(432.436)	(327.302)
Devoluções de mensalidades e taxas	(7.047)	(6.625)	(8.088)	(10.327)
Tributos	(8.782)	(7.841)	(17.896)	(11.600)
Receita líquida	343.471	312.151	507.529	363.665

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
		(reapresentado)		(reapresentado)
Salários e encargos sociais	(145.125)	(119.413)	(221.826)	(158.400)
Depreciação de imobilizado	(5.850)	(5.558)	(13.449)	(8.171)
Depreciação de imobilizado do direito de uso	(13.786)	-	(13.786)	-
Amortização do software e produção de conteúdo EAD	(1.803)	(323)	(2.144)	(429)
Amortização do intangível	-	-	(1.946)	(648)
Aluguel	(883)	(18.043)	(883)	(18.104)
Condomínio e IPTU	(2.766)	(2.649)	(3.304)	(2.649)
Energia elétrica, água e telefone	(3.450)	(2.942)	(6.419)	(4.046)
Utilidades, limpeza e segurança	(4.861)	(4.261)	(6.796)	(4.335)
Publicidade e propaganda	(8.510)	(5.349)	(11.007)	(7.455)
Serviços de terceiros	(41.997)	(33.136)	(53.927)	(39.877)
Manutenção e reparos	(2.283)	(2.673)	(2.890)	(2.797)
Materiais de consumo	(2.777)	(2.542)	(3.931)	(3.033)
Provisão/reversão para demandas judiciais	246	(913)	(967)	(1.352)
Custos com parceria	(4.198)	(2.412)	(4.198)	(2.412)
Custos pedagógicos	(555)	(329)	(2.863)	(337)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.888)	(19.312)	(8.066)	(17.065)
Passagens e diárias	(1.043)	(1.750)	(1.773)	(2.189)
Custos processuais	(783)	(206)	(783)	(206)
Indenização judicial	(1.689)	(3.433)	(1.689)	(3.433)
Outras	333	(5.563)	(2.267)	(4.034)
	(250.668)	(230.807)	(364.914)	(280.972)
Classificadas como:				
Custos dos serviços prestados	(173.452)	(161.093)	(267.995)	(203.266)
Despesas gerais e administrativas	(64.478)	(42.024)	(75.067)	(49.205)
Depreciação e amortização	(7.653)	(7.652)	(17.539)	(9.248)
Despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.888)	(19.312)	(8.066)	(17.065)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.803	(726)	3.753	(2.188)
	(250.668)	(230.807)	(364.914)	(280.972)

26. Resultado financeiro

26.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas sobre aplicações financeiras	237	510	861	740
Juros e encargos recebidos sobre mensalidades	415	28	1.466	240
Outras receitas	5	2	15	52
Total das receitas financeiras	657	540	2.342	1.032

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Juros sobre obrigações a pagar de aquisição de controladas	(4.376)	(2.498)	(4.376)	(2.498)
Descontos concedidos sobre mensalidades em atraso	(2.624)	(2.851)	(3.534)	(3.318)
Tarifas bancárias	(2.852)	(3.377)	(13.562)	(3.819)
IOF	(111)	(621)	(111)	(631)
Juros bancários e multas	(6.972)	(7.388)	(10.826)	(9.919)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(2.042)	(224)	(5.091)	(1.515)
Encargos financeiros sobre debêntures	(24.184)	(7.642)	(24.184)	(7.642)
Amortização do custo de captação	(396)	-	(396)	-
Ajuste a valor presente	(140)	-	(1.749)	-
Juros sobre passivo de arrendamento	(11.351)	-	(11.351)	-
Total despesas financeiras	(55.048)	(24.601)	(75.180)	(29.342)

27. Seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

A tabela abaixo apresenta as importâncias seguradas em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Importância segurada	
	31/12/2019	31/12/2018
Incêndio, raio, explosão de qualquer natureza	266.444	135.000
Perda ou pagamento de aluguel	14.000	7.000
Impacto de veículo terrestre e demais aéreo e/ou espacial	300	150
Roubo de bens	455	228
Danos elétricos	2.000	1.000
Outros	6.165	1.670
	289.364	145.048

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Eventos subsequentes

28.1 Aquisição Universidade Positivo

No dia 04 de março de 2020 foi concluída a aquisição da Positivo Educacional LTDA pela SECID – Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A., cujas condições precedentes foram atendidas e controle integral do Grupo Positivo foi transferido para a Companhia.

O valor da aquisição foi de R\$ 558.407 conforme contrato assinado e foi paga em 06 de fevereiro de 2020 uma parcela à vista no valor de R\$311.640, uma parcela retida no valor de R\$40.000 até 4 de agosto de 2022, outra parcela retida de R\$40.000 até 4 de março de 2024 e uma última parcela retida de R\$166.768 até 11 de fevereiro de 2028. As parcelas retidas mencionadas estarão condicionadas a verificação de perdas indenizáveis que abaterão o valor.

A Companhia está providenciando conforme requerimentos do CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinações de Negócios, através de empresa independente o Laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Positivo. Para o pagamento desta aquisição foram emitidas debêntures, conforme descritas na nota 28.2.

Contraprestação	558.407
(-) Parcela Retida	<u>(246.768)</u>
	<u>311.640</u>

A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE), em 11 de fevereiro de 2020, por meio do ato de concentração nº 08700.000078/2020-09.

28.2 Emissão de Debêntures

- a) Em 18 de fevereiro de 2020, visando recursos para expansão e aquisição, foi celebrado o “Instrumento particular de escritura da 2ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição” de emissão da SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A., no valor de R\$470.000, por meio da emissão de 470.000 debêntures, com valor unitário de R\$1.000 (“Valor Nominal Unitário”) em 28 de fevereiro de 2020 (Data de registro) e 02 de março de 2020 (Data do Crédito em Conta). As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Companhia. As debêntures têm prazo de vencimento de 84 meses a partir da data de emissão, com vencimento em 02 de março de 2027. O valor nominal unitário será amortizado em 48 parcelas mensais e consecutivas durante a vigência do contrato, a serem pagas todo dia 02 de cada mês, a partir de 02 de abril de 2023, sendo amortizada por parcela, da 1ª até a 47ª, a razão de 1,4894% do valor nominal unitário, e a 48ª parcela a razão de 30,0000% totalizando assim 100% de amortização do valor nominal. A

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 1.40% a.a.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As debêntures contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, durante a vigência desta emissão. O resultado da relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Fiadora, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., não poderá ser superior a 4x até 2020, 3,7x até 2021 e 3x a partir de 2022

Garantias

A Companhia cedeu fiduciariamente em favor dos debenturistas: (i) alienação fiduciária de 100% das quotas da Universidade Positivo; (ii) alienação fiduciária de 100% das quotas da CESA; (iii) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da Universidade Positivo; (iv) a totalidade dos direitos creditórios da titularidade da CESA; e (v) fiança da Cruzeiro do Sul Educacional S.A., que é solidariamente responsável por todas as obrigações e garantias às debêntures.

28.3 COVID-19

A Companhia informa que, atendendo às determinações das autoridades competentes, mantendo o compromisso com seus alunos para a continuidade dos estudos frente ao cenário que todos enfrentamos juntos, e cumprindo as determinações do MEC para os cursos presenciais (Portaria nº 343), as aulas presenciais foram substituídas por aulas em meios digitais, no mesmo horário, com o mesmo conteúdo e com o mesmo professor, durante esse período atípico que vivemos. Essas aulas, inclusive, ficarão disponíveis para consulta posterior do aluno no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O momento impõe medidas restritivas, porém, a Companhia adotou diversas medidas para assegurar que não haverá prejuízo à formação dos estudantes, sem qualquer corte de dia letivo ou perda de carga horária. A Companhia, também, informa que as atividades práticas e laboratoriais, essenciais na formação profissional, serão realizadas futuramente.

Adicionalmente, desde que teve início a crise do COVID-19 (coronavírus), foi adotado um plano de contingenciamento conduzido por uma equipe multidisciplinar que trabalha pela prevenção e, também, para conter a proliferação de forma mais assertiva em caso de confirmação da doença, bem como da continuidade dos seus negócios.

Neste momento, dada a incerteza do cenário, não é possível mensurar os impactos econômicos futuros no resultado da Companhia. Contudo, diante dos fatos já ocorridos e ações governamentais em todo o país, é possível que haja redução do crescimento da base de alunos e atraso nos recebimentos de mensalidades, conseqüentemente, impactando a geração de caixa. Entretanto, a companhia não espera impactos significativos na recuperabilidade de ativos em função das projeções de resultados.

SECID - Sociedade Educacional Cidade de São Paulo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia, ainda, segue monitorando o assunto e acompanhando estritamente as recomendações das autoridades de saúde do país e da Organização Mundial de Saúde.